

## ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2023

### Ata n.º 26

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e nove de novembro, sendo a Mesa Composta por: -  
Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----  
Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----  
Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova; -----  
e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO UM:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

**PONTO DOIS:** Apreciação e deliberação das atas de 04-09-2023, 25-09-2023 e 30-10-2023; -----

**PONTO TRÊS:** Tomada de conhecimento dos Apoios concedidos às Juntas de Freguesia; -----

**PONTO QUATRO:** Tomada de conhecimento da Correção material à Planta de Zonamento do Plano de Urbanização da Frente Mar da cidade de Albufeira; -----

**PONTO CINCO:** Tomada de conhecimento da atualização da Tabela e Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira para o ano de 2024; -----

**PONTO SEIS:** Tomada de conhecimento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, Código de Conduta e Programa de Formação Interna; -

**PONTO SETE:** Apreciação e deliberação da proposta de Alteração/Retificação ao Regimento da Assembleia Municipal de Albufeira; -----

**PONTO OITO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Adesão do Município de Albufeira à ADA - Associação de Direito Administrativo; -----

**PONTO NOVE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública para Estabelecimentos Comerciais e de Restauração ou Bebidas, nos meses de novembro de 2023 a março de 2024; -----

**PONTO DEZ:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Procedimento para aquisição de sistema de videovigilância, pelo valor base de 701.000,00€ + IVA; -----

**PONTO ONZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura "Requalificação e

Ampliação da Escola Secundária”, no âmbito do Aviso n.º ALG-17-2022-09 - Mecanismo Extraordinário de Antecipação - Escolas; -----

**PONTO DOZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura “Requalificação e Ampliação da Escola Básica Integrada de Ferreiras”, no âmbito do Aviso n.º ALG-17-2022-09 - Mecanismo Extraordinário de Antecipação - Escolas; -----

**PONTO TREZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura “Requalificação e Ampliação da Escola Básica Dr.º Francisco Cabrita” no âmbito do Aviso n.º ALG-17-2022-09 - Mecanismo Extraordinário de Antecipação - Escolas; -----

**PONTO CATORZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no n.º 1 do artigo 77º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, referente à Aquisição de Serviços de Certificação Legal de Contas do Município; -----

**PONTO QUINZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2024-2028; -----

**PONTO DEZASSEIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2024-2028, incluindo Mapa de Pessoal, Plano de Recrutamento e o Quadro Plurianual de Programação Orçamental; -----

**PONTO DEZASSETE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro referente à proposta relacionada com a determinação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis; -----

**PONTO DEZOITO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação prevista no n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro referente ao Contrato de Empréstimo de médio/longo prazo para investimento, até ao montante de 17.600.000,00€ com um prazo global de 20 anos à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira; -----

**PONTO DEZANOVE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea p), do n.º 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao Concurso de Atribuição de Concessão de Utilização do Domínio Público Marítimo, para Instalação e Exploração do Apoio de Praia Municipal Completo com Equipamento, localizado na Unidade Balnear 1 da Praia do Evaristo; -----

**PONTO VINTE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea p), do n.º 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao Concurso de Atribuição de Concessão de Utilização do Domínio



Público Marítimo, para Instalação e Exploração do Apoio de Praia Municipal Completo com Equipamento Associado, localizado na Unidade Balnear 1 e Unidade Balnear 4 da Praia da Rocha Baixinha Nascente. -----

**PRESENCAS:** Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Teresa Cristina da Palma Neto, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Lucília Amélia Moreira da Silva Lage e Lisboa, Luna Silva, Paolo Augusto Funassi, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Cláudia Sofia Pais Raimundo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -----

**Faltas:** Carlos Quintino, Dário Pereira e Leonardo Paço. -----

**Substituições:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Teresa Neto, Lucília Lisboa e Paolo Funassi. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Desidério Jorge da Silva, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

Lúcio Pescada: "Boa noite a todos, venho aqui falar sobre o ambiente em Albufeira e antes de mais, revelar os esforços feitos pela câmara em relação a este tema. Escrevi esta tarde um texto, para não para vir aqui de improviso, acho que foi um pouco longo demais, no entanto vou tentar ser rápido. Venho aqui dar a conhecer um grave problema ambiental que ocorre em larga escala no concelho de Albufeira, pela profunda disseminação do conjunto espécies arbóreas invasoras, em que todas as espécies destas plantas constam na lista de espécies exóticas invasoras proibidas em Portugal, publicada pelo Instituto da Conservação da Natureza das Florestas, cuja proibição, controlo, erradicação é regulada pelo decreto-lei número noventa e dois



barra dois mil e dezanove de dez de julho que estabelece o regime jurídico aplicável ao controlo, à detenção, à introdução na natureza e ao repovoamento de espécies exóticas e assegura a execução na ordem jurídica nacional do regulamento da U.E. número mil cento e quarenta e três barra, dois mil e catorze, do Parlamento Europeu e do Conselho de vinte e dois de outubro do mesmo ano, relativo à prevenção e gestão de introdução e propagação de espécies invasoras exóticas. Falo aqui de espécies de plantas que todos nós já nos habituámos a ver nas nossas paisagens, e que à partida poderá parecer para muitos como algo inofensivo, mas porém, é precisamente o completo oposto. Falo na praga das acácias e, principalmente as acácias mimosas, espécie originária da Austrália que foi introduzida em Portugal por altura do Estado novo, sem na altura ter sido feito ou previsto um estudo de impacto ambiental das mesmas. Para além da grande ameaça à biodiversidade das espécies endémicas, ao funcionamento dos ecossistemas autóctones, provoca alteração dos processos morfológicos, é responsável também pela diminuição da água disponível com as suas consequências sociais económicas. Causa a diminuição do valor dos terrenos, propicia e fomenta o aparecimento fogos e coloca também em causa a saúde pública. Para que não se façam crer só nas minhas palavras, recomendo a consulta dos estudos efetuados pelas universidades do país, nomeadamente e como exemplo, pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra ou a Universidade Nova de Lisboa. Para mais fácil rápida leitura, posso indicar notícia do jornal "O Público" de um de fevereiro de dois mil e vinte e um, onde passo a citar: "As acácias que são das peças mais agressivas do mundo, podem comprometer seriamente os ribeiros. As acácias podem afetar os ribeiros por via da alteração das características de matéria orgânica, da quantidade da água e da concentração dos nutrientes na água, com consequências nas comunidades e processo aquáticos, entre outras." Em outra passagem, "pode em estádios avançados de invasão, substituir por completo a vegetação nativa." Outra notícia do mesmo jornal, de vinte e cinco de dois mil e vinte e dois, passo a citar as palavras bióloga Helena Freitas: "estas invasoras são uma ameaça real para a biodiversidade e para os nossos ecossistemas", e noutra passagem, palavras do engenheiro florestal, José Pais: "Daqui a um tempo os terrenos com mimosas valem zero." E seguindo a leitura refere também os danos que provocam na paisagem e na economia, designadamente no turismo, agricultura e outras atividades do setor primário. Ainda na mesma notícia, poderão constatar que as futuras mimosas não são



melíferas, ou seja, as nossas preciosas abelhas, de fulcral importância para a vida na terra, destas plantas não obtêm alimento, com as suas devastadoras consequências para a biodiversidade, para além do impacto na produção de mel. Também os ecossistemas dunares têm nestas plantas um impacto muito nocivo, para além da transformação dos processos morfológicos no fluxo das correntes e na composição das areias das dunas. Para além do mais, as presenças em grande número das acácias mimosas são responsáveis por alergias e o aparecimento de doenças respiratórias, às quais se juntam as gramíneas e outras plantas mais, um fator acrescido que coloca em causa a saúde pública. A fim de debelar o problema, dizem os entendidos que não basta cortar as plantas, mas sim arrancá-las pela raiz, e assim deixá-las morrer. Outra opção é o uso de herbicidas específicos para estas plantas, tendo que neste caso o seu uso deve de ser feito com particular responsabilidade para não afetar outras plantas e animais no meio envolvente. Recomendo, por fim, um levantamento feito pelo município das espécies que assolam o nosso concelho, daquelas que constam na lista inicialmente por mim referida, das espécies proibidas no nosso território. O outro ponto que venho aqui falar, é um problema que não tenho dúvidas em afirmar que é o problema que assume maior gravidade e que requer a maior das prioridades, não só por este executivo, mas também por todos os municípios do Algarve, dadas as consequências devastadoras e ruinosas para a economia da região algarvia. Falo da inevitável e crescente invasão de espécies de algas, provenientes do Japão e da Coreia. A mancha propaga-se e avança na ordem dos oitenta quilómetros quadrados por ano, caso nada seja feito de imediato para muito curto prazo o setor do turismo será severamente afetado e as bandeiras azuis irão ser somente uma saudosa recordação. Ninguém virá para cá de férias a pensar em praias. Também no setor das pescas o impacto vai ser tremendo, pois o pescado e referem os biólogos, as espécies do polvo em particular, afastam-se para áreas longe destas algas. Pergunto então, se o executivo tem noção da gravidade da situação, das suas potenciais consequências danosas num futuro muito próximo, e se já estão a fazer algo para debelar o problema? Ao terminar, gostaria de passar por vários deputados, vereadores e para o senhor Presidente da Câmara, somente esta imagem da praia do Castelo, tirada em junho deste ano, que é somente uma das várias que tirei ao longo deste ano de diferentes praias do concelho que é bastante ilustrativa da magnitude e gravidade da situação que me refiro." (Doc. n.º 1 anexo a esta ata.) -----



Cláudia Amorim: "Boa noite a todos, o meu nome é Cláudia Amorim, sou mãe de uma criança com doze anos que tem autismo, e é portador de dois síndrome genéticos que afetam o seu desenvolvimento. Hoje estou cá, mas não estou sozinha, estou com mais pais de crianças com necessidades educativas especiais e o que nos une é mesmo isso, é sermos pais de crianças com essas necessidades ou portadoras de deficiência. Estamos cá hoje para vos dar a conhecer que acreditamos que um dos direitos fundamentais da criança está posto em causa, que é o direito à educação. As nossas crianças todos os dias têm situações na escola que põem em causa a sua segurança, o seu bem-estar e um ambiente propício a aprender. Para vos dar alguns exemplos para que me possam compreender. Por exemplo, Diogo e as outras crianças também, têm uma componente do horário letivo em turma e uma componente do horário letivo numa unidade de ensino estruturado, que na prática, é uma sala onde estão auxiliares e professores do ensino especial que prestam um apoio especializado. Então ele está parte do horário nessa unidade e a outra parte estaria em turma, ou seja, ele iria à turma uma hora por semana a cada disciplina. Posso vos dizer que isso é o que está escrito no papel, mas é o que não tem sido cumprido na prática há muito tempo. Ele tem deixado de ir a várias disciplinas, porque não tem quem o acompanhe à turma, e ele só pode estar em turma, e só estão reunidas as condições para o Diogo estar em turma, e ele aprender, e os outros também, estando acompanhado, não havendo recursos para o acompanhar à turma, ele falta à aula e deixa de ter acesso à disciplina que todos os outros alunos ditos normais têm. Este é um dos exemplos que acontece com Diogo e acontece com todas as outras crianças, ele não é o único. Depois podemos dar outros exemplos, neste momento, o horário deles passa por entrar às nove da manhã e sair às três horas da tarde, todos os dias, seja que ano for. Eu, neste momento, tenho de ir buscar o meu filho mais cedo, dois dias da semana, porque nesses dois dias da semana, a partir da hora de almoço, ele e as outras crianças ficam sozinhos com uma auxiliar. São cinco crianças naquela unidade para uma auxiliar, como é óbvio, todos achamos, e penso que é um consenso que não estão reunidas as condições de segurança, para o Diogo lá estar e, por consequência, o que é que acontece? Nós vamos buscá-lo mais cedo, porque temos essa possibilidade, como devem calcular a maior parte dos pais não terá. Depois, como vos disse, a maior parte dos pais trabalham depois das três da tarde, hoje em dia é difícil ter um horário que nos permita sair às três da tarde e mesmo na maior parte das entidades privadas, mesmo queiram ter um horário flexível, não é visto com bons



olhos, como sabem e, portanto, a maior parte dos pais tem a dificuldade acrescida de, a partir do término do horário letivo, que é às quinze horas, a partir dessa hora, não têm onde deixar os seus filhos e, por consequência, na maior parte das famílias, um dos pais tem que deixar de trabalhar. Ora digam-me, nos dias que correm, como é que isso é possível? Essa resposta nós esperamos da Câmara, depois de o horário letivo terminar, dentro da escola, eu só peço ajuda, nós só pedimos ajuda à Câmara para intervir junto da escola, junto do Ministério da Educação, de modo que estas coisas deixem de acontecer. Estamos a falar de munícipes de Albufeira, o meu filho nasceu aqui. Para além disso, temos conhecimento de um decreto-lei que nos dá isenção de pagar refeições na escola e material escolar e que isso é uma responsabilidade do município, já intervimos, já mandei mails, não obtive qualquer resposta por parte do município. Agradeço uma resposta rápida por parte do município, porque estas crianças não têm de pagar isto que estão a pagar, porque estas famílias já têm custos acrescidos. Desculpem a minha emoção, mas vivo na pele e eles também." -----

Humberto Júnior: "Muito boa noite a todos, eu sou Humberto Júnior e como a senhora Cláudia, já sintetizou basicamente tudo o que nós tínhamos para falar. Eu vim aqui corroborar com o que ela disse, e acreditem que só quem está deste lado de cá, que tem nos seus lares uma criança dita especial ou com necessidades especiais, sabe o que nós passamos. E eu digo isso sem pudor nenhum, porque antes de ter a minha filha com esse tipo de necessidades, eu nem sequer sabia o que era passar por isso, então estamos todos nós aqui reunidos hoje para pedir à Câmara que se pronuncie e tente resolver os nossos problemas, que vão além do que a senhora Cláudia disse, não temos terapeutas ocupacionais nas unidades, nós não temos psicólogos nas unidades, nós não temos terapeutas da fala na unidade. Aliás, em algumas unidades nós temos psicólogos, para atender dezoito turmas, o que é absolutamente insuficiente. Por exemplo, no meu caso que tenho uma filha de dezasseis anos, a psicóloga me falou que têm crianças com idade escolar de sete e oito anos, que precisam ser tratadas neste momento com a terapia da fala, para que elas passem por esse período o mais cedo possível, e eu compreendo, está correta, ela de me dizer isso, só que nós, como pais que pagamos os nossos impostos, que somos utentes, que somos cidadãos de Albufeira nós temos que recorrer a alguém, e esse alguém é o ente municipal. A senhora Cláudia falou do ATL, que são as atividades de tempos livres, que é exatamente isso que os nossos filhos tenham essa atividade após o horário da escola, porque eles não têm tido. Então nós



que somos pais, que temos o trabalho após as três horas da tarde, outras crianças ditas normais pela sociedade, elas continuam na escola com outras atividades, e nós não temos esse direito. Nós temos ainda um problema que é a resposta do concelho de Albufeira com essas crianças, depois que saírem da escola, ou seja, depois que atinjam uma idade maior, que completem o ciclo, elas vão fazer o quê? Existe algumas parcerias público-privadas dentro do estado português? Em Albufeira nós só temos uma, que é a APEXA, e pasme-se senhores, só temos vaga se morrer alguém. Então quando morrer alguém, aí eu vou ter vaga para o meu filho. É preciso que vocês, como vereadores, secretários, Presidentes da Câmara tomem esse problema junto com seus pares, conversem, discutam esses problemas nos gabinetes e vejam. Existe muitas parcerias públicas privadas que podem dar certo, quer seja trazer essas pessoas, esses filhos da gente para trabalhar aqui na Câmara, para trabalhar em empresas que fazem parte do município, que o município tem muito bem como fazer isso, dando incentivos fiscais, por exemplo, para trazer essa pessoa. O Estado Português, por exemplo deve ter leis que isentam ou diminui os seus impostos, a sua participação tributária. Nós temos muito que fazer, não só pelo meu filho, evidentemente, mas por todas essas pessoas que precisam, acredite mais uma vez, eu só sei porque eu estou passando, porque antes eu não sabia o que é era isso. Espero realmente que vocês se empenhem, vocês são as pessoas que foram eleitas pelo povo de Albufeira e precisam representar-nos de maneira responsável, e a responsabilidade não acaba quando vocês vão para casa, responsabilidade está inclusa na legislação que vocês vão legislar para nós, munícipes. Nós sofremos muito, não só em Portugal, eu sou oriundo do Brasil, vivo cá desde dois mil e dezoito e contribuo para os impostos portugueses." -----

Henrique Coelho: "Muito boa noite a todos, eu não sou um habitué destas andanças, mas nem por isso deixo de olhar pela minha terra e zelar pelos seus interesses. Nesse sentido, faço-o à minha maneira e de acordo com a minha consciência. Hoje resolvi vir cá, porque estou curioso para ver como é que esta Assembleia se vai desvencilhar de uma ordem de trabalhos tão vasta, em que só um único ponto daria pano para mangas. Eu penso que nem o Parlamento Nacional é tão avassalador, por outro lado, esse ponto, é o ponto dezoito. E é esse ponto que mais me traz cá, gostaria de fazer uma pergunta ao Senhor Presidente, que é a seguinte: a Câmara de Albufeira tem alvará para exercer comércio bancário? Eu fundamento a pergunta, a pergunta é fundamentada no sentido que se lerem o texto, a redação do artigo dezoito, o que aqui está escrito em



síntese, é que a Câmara está a pedir autorização à Assembleia para emprestar dezassete ponto seis milhões de euros, à Caixa de Crédito Agrícola. Os senhores com certeza que têm o papel à vossa frente, leiam façam favor e digam-me se tenho ou não razão. Eu vou repetir, o que aqui está escrito: a Câmara vai pedir à Assembleia autorização para emprestar à Caixa de Crédito Agrícola dezassete milhões e seiscentos mil euros. Não sei se obtenho a resposta imediatamente, ou se passa para outra fase, porque se não é assim, então isto é um paradoxo, quer dizer, portanto, os senhores pensam de uma maneira e depois escrevem o ponto de outra. E sobre este ponto, portanto, haveria muito a dizer, com esta leviandade com que se fazem estas ordens de trabalhos, não me deixa segurança absolutamente nenhuma para pensar que o tal contrato com a caixa, sendo ao contrário daquilo que aqui está escrito, foi devidamente defendido. Não sei se a Câmara se atirou para os braços da Caixa de Crédito Agrícola ou se houve negociação com outros bancos, porque uma Câmara como Albufeira é um cliente muito apetecível para qualquer banco, têm saldos médios elevadíssimos, consegue domiciliar contas de quase dois mil empregados em que a invasão de dinheiro do banco acaba por ser suave, portanto, isto é um cliente apetecível. Para além disso, o banco ainda tem possibilidade de explorar outros negócios, como seja na área do cross selling, nomeadamente com seguros para acidentes de pessoal da Câmara, seguros de viaturas, de carros, de património da câmara, portanto, há uma panóplia de coisas. Será que a Câmara tinha outras propostas? Ou atirou-se, como disse antes, para o colo da Caixa. Isto partindo do princípio de que o que está em questão é o empréstimo da Caixa à Câmara, porque o que aqui está textualmente dito não é isso. O que aqui está dito nesta ordem de serviço, no ponto dezoito é que a Câmara pede autorização à Assembleia para emprestar dezassete milhões e seiscentos mil euros à Caixa de Crédito Agrícola. Haveria mais sobre o ponto, mas, em primeiro lugar, gostava de saber se a Câmara tem o tal alvará para exercer comércio bancário e fazer este empréstimo. Isto pode parecer uma pergunta estúpida, mas é oportuna de acordo com aquilo que é a redação do ponto, se calhar fui o único que vi esta situação." -----

José Diogo: "Boa noite a todos, vivo no edifício Cristina, na Avenida Sá Carneiro Norte, esta é a segunda vez que aqui estou pelo motivo do bar "Forest". Foi falado na Assembleia de trinta de outubro, que esse bar ia ter um horário reduzido para a meia-noite. Voltei cá novamente porque a situação continua igual. O massacre começa às dez



da noite e vai até às quatro da manhã. Nós tomamos comprimidos para dormir, tampões nos ouvidos e não é possível, o som é tão elevado que os próprios objetos em casa, vidros e janelas estremecem. Pedia a vossas Excelências que nos dessem uma resposta favorável à nossa saúde mental, porque assim não é possível viver naquele edifício. E já agora, como é a segunda vez que aqui estou, ainda não tive nenhuma resposta concreta, o que é que os senhores estão a pensar fazer em relação ao mau estar de viver naquele edifício? O senhor não tem consciência, é um massacre sem piedade, nem misericórdia e como já falei, é das dez da noite até às quatro da manhã, e eu às seis e meia tenho de me levantar para ir trabalhar. Eu e os meus vizinhos todos, que são eletricitistas, pintores, pedreiros, hotelaria.guardo uma resposta obrigado." -----

Marcos Bila: "Boa noite a todos, a razão que me traz cá é, no final do mais uma época de verão, em relação à questão do ruído na zona onde eu estou inserido, onde vivo. Há um regulamento, já há imenso tempo, no princípio do ano foi tentado criar outro regulamento em que foram indiciados alguns munícipes para fazerem parte do mesmo, até à data esse regulamento não foi, de certa maneira, levado em consideração ou ainda não está feito, queria saber em que situação é que está. Em relação ao regulamento vigente, queria deixar aqui uma situação que é mais do que evidente, está nesse regulamento que os estabelecimentos têm de fechar as portas e janelas a partir das vinte e quatro horas, o que é facto, é que, isso não acontece e nós das vinte e quatro horas, até às quatro da manhã levamos com o ruído e não podemos descansar. Em relação à questão da música ao vivo, queria perguntar qual é a licença de ruído que esses estabelecimentos têm? E se essa licença de ruído é passada pela autarquia? Não sei efetivamente, se eles estão a trabalhar legalmente ou não. É uma questão de saúde pública, não tenho mais nada a dizer, efetivamente, é por aqui mesmo, são estes pontos gerais, porque para divagar todas estas situações estaríamos aqui um bocado, mas são pontos fundamentais em que deixava à consideração, inclusivamente a elementos desta Assembleia que fazem questão de publicitar e vangloriar-se com situações de ruído no centro de Albufeira." -----

Olinda Ribeiro: "Boa noite a todos, eu estou presente nesta Assembleia, juntamente com uma vizinha, somos moradoras no Beco do Sol, na zona de Santa Eulália e nesta rua existe um terreno baldio de dimensões consideráveis e que é alegadamente propriedade da Câmara Municipal de Albufeira. Há cinco anos atrás, instalou-se no referido terreno uma família, pai e filho com uma roulotte onde vivem desde então. Ao



longo do tempo, têm chegado automóveis que ocupam o terreno e o estacionamento público e que ali ficam a apodrecer, são mais de trinta carros neste momento. O dono da roulotte adquiriu, entretanto, três cães de grande porte, dois são de raça pitbull que se passeiam livremente na rua, e no estacionamento público. Recentemente, o terreno foi vedado com madeira e ferro pelas pessoas que aí se instalaram. Após a vedação do terreno, foram feridos e mortos pelos cães vários gatos silvestres pertencentes a uma colónia registada na Câmara Municipal de Albufeira. Fomos eu, e a outra cuidadora da colónia aqui presente quem tratou das consultas veterinárias dos gatos feridos, com os custos associados e dos cadáveres de dois gatos mortos. Fomos também por diversas vezes abordadas e ameaçadas pelas pessoas instaladas no terreno, pelo facto de cuidarmos dos gatos silvestres da colónia, alegadamente, a situação configura uma sucata a céu aberto numa zona residencial. As sucatas automóveis têm regras rígidas de localização, sinalização, escoamento e tratamento de resíduos premissas, que não se verifica neste caso. Tratando-se de um caso de um crime ambiental e atentado à segurança de pessoas e animais, tenho feito várias queixas à polícia, a entidades ligadas ao ambiente e à Câmara Municipal de Albufeira. A GNR tem estado frequentemente no local, o dono da roulotte acumula inúmeras multas que não paga, mostrou-me ele, e cujos processos não têm qualquer desfecho. Da Câmara Municipal de Albufeira recebi uma carta datada de dezassete de outubro, onde é relatada a ação da Polícia Municipal e que passo a citar: *após passagem pelo local foi verificado duas viaturas supostamente abandonadas em local público, tendo e após algumas tentativas conseguido chegar à fala com suposto proprietário do terreno e suposto responsável destas ditas viaturas, o mesmo referiu que aquelas viaturas pertencem a amigos que pediram para ele verificar/arranjar umas anomalias no motor. Foi dito por esta Polícia Municipal que as viaturas têm de circular daquele local assim que possível, sendo que as mesmas poderão ser dadas como viaturas abandonadas, caso permaneçam naquele local público. Aquando da nossa presença no local, não foi constatado qualquer cão na rua, local público, tal como é referido na reclamação. Informamos que o referido terreno foi anteriormente alvo de uma limpeza por parte dos serviços.* Assinado, o vereador Ricardo Clemente. Em face desta situação exposta questiono o seguinte, qual a legislação que permite o livre acesso de um cidadão a um espaço alegadamente público, e faça desse espaço a sua residência permanente e exerça qualquer tipo de atividade? Durante cinco anos, a atividade alegadamente de



sucata ilegal exercida neste local não foi fiscalizada pela Câmara Municipal de Albufeira. Pergunto eu, e porquê? A GNR tem um vasto processo historial relativo a esta situação, no entanto, e tendo em conta a carta que recebi, a Polícia Municipal não sabe nada acerca do referido processo, porquê? As ameaças de que somos alvo por parte da família instalada no terreno, permitem que possamos ter algum tipo de proteção adicional? Como se preserva a segurança de pessoas nestes casos? " -----

Levy Ferrão: "Boa noite a todos, o que me traz aqui hoje é mais uma coisa à volta do desporto e da cultura. É de folgar e de louvar ver realmente os investimentos que ultimamente têm sido feitos em torno disso, mais concretamente do Albufeira Skate Challenge, que foi realizado este fim de semana, com muito apoio da Cláudia da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal de Albufeira. Foi criado um evento com uma dimensão enorme, com uma visibilidade muito grande, e que uniu muita gente em torno deste desporto, que são muitas vezes, visto como um desporto para vândalos, ou seja o que for, como antigamente, neste momento, modalidades desportivas mais radicais como o surf, skate e outras, são modalidades olímpicas, são modalidades com visibilidade e que podem trazer futuro para os jovens, mesmo para os adultos também. E é bom fazê-los acontecer aqui na nossa cidade em Albufeira, uma terra que já fez no passado e tem possibilidade de fazer outra vez. Tanto eu como o Armando e outras pessoas representamos a Associação Skate de Albufeira, que é uma associação recentemente criada e que fomos convidados também para organizar o Skate Challenge. O feedback que temos tido, para que saibam, tem sido excelente, foi uma coisa que muitos estavam à espera, envolveu pessoas de todo o lado, não só da Albufeira, aliás, tivemos à volta de doze nacionalidades diferentes no naquele evento, para que tenham noção, desde atletas convidados, participantes, visitantes veio pessoas de Sevilha, de Portugal inteiro só para este evento, uma coisa só de um dia. Eu acho que isso também é de louvar, porque vieram cá gastar o seu e promover, de certa forma a cidade. A cidade de Albufeira, que é uma boa vila turística, mas acima de tudo, também é uma marca e bem vista lá fora e que pode ser melhor vista ainda. Com este tipo de eventos quebramos um bocadinho, de Albufeira ser só um destino de férias para bares, há uma vertente de desporto que pode ser explorada o ano todo, que é algo que também é muito bom de ver e que está a ser feito aqui em Albufeira, com cartazes a promover isso mesmo, o Algarve, Albufeira de Inverno, algo que já devia ter sido feito há muito mais tempo. Eu mesmo sou proprietário de um estabelecimento



comercial, numa zona menos privilegiada, mas privilegiada de outra forma, pois tenho vista a três golfinhos, trezentos e sessenta e cinco dias por ano e tenho muitos clientes do resto do país que também gostam e folgam em ver Albufeira com este tipo de coisas. É manter as portas abertas também durante o inverno, para que isso aconteça, e para que as pessoas possam vir cá e sentir que há algo aqui de inverno, portanto, estes eventos são sem dúvida, muito bons e espero que haja mais. Obrigada à Câmara Municipal, obrigada à junta de freguesia de Olhos de Água, quem esteve lá presente, acho que conseguiu presenciar o belo momento que foi e espero que para o ano estejamos a fazer outro maior e melhor ainda." -----

Armando Costa: "Boa noite a todos, só para acrescentar àquilo que o Levi disse, ele estava a falar de nacionalidades, tivemos irlandeses, ingleses, franceses, da Venezuela, da Colômbia. Acho que isso mostra a dimensão daquilo que a gente está a fazer, eu só quero acrescentar é que, eu vou fazer quarenta e dois anos, comecei a andar de skate com doze anos de idade, eu deixei de andar de skate e não havia nada em Albufeira, tivemos umas rampinhas, tínhamos uma coisinha para ir calando e finalmente, sinto que a cidade realmente se está a preocupar, não é só que o desporto, mas com os jovens. O Levy falou e falou bem, o skate deixou de ser um desporto de vândalos, que era como eu me sentia quando era miúdo, quando ia andar para aqui ou para ali, éramos drogados, eramos vândalos, ninguém via o Skate como um desporto. Agora é um desporto olímpico, já se vê como um desporto, e já se pode fazer carreira. Eu acho que aquilo que a cidade está a fazer por nós, finalmente, para mim é um orgulho enorme fazer parte daquilo que se está a fazer, porque sempre tivemos todas as condições, Albufeira sempre foi um sítio que recebeu skaters de todo o mundo e nunca tivemos nada e agora estamos a tornar-nos numa referência, eu acho que é aproveitar a deixa, portanto, aproveitar o caminho que a gente está a tomar agora para tornar Albufeira mesmo uma referência não só ao nível do Algarve com a nível nacional, que já estamos a tornar uma referência a nível nacional, porque tal como ele falou, tivemos a receber mensagens de alguns dos melhores skaters do país, inclusive, desta vez, ele não veio, mas temos o irmão do campeão do mundo de skate, que é português, que já esteve aqui Albufeira também a andar e eventualmente, o campeão do mundo virá cá também andar, e é aproveitar para continuar com isto e ver o skate como algo que pode trazer também muito a Albufeira, não só no verão como no Inverno. Nós podemos ser uma referência a nível mundial para treinarem, com o tempo que a gente tem, isto aqui é



perfeito. Só quero mesmo agradecer tanto à Câmara Municipal de Albufeira, com à Junta de Freguesia e a todas as pessoas que estiveram envolvidas, a acreditarem que o skate é um desporto, não é só o futebol. Albufeira era o Imortal futebol, o Imortal basquete, era o que havia em Albufeira, e esse tempo acabou, portanto, acho que está na altura de investirmos nos nossos atletas, temos muita gente de Albufeira a andar, temos muitos miúdos que têm o nosso apoio, que era algo que nós não tínhamos quando éramos miúdos, não tínhamos ninguém que nos apoiasse, temos rampas, temos um skate parque enorme, nós não podíamos pedir mais, portanto, a única coisa que eu quero só aqui mesmo dizer é obrigado e espero que a Câmara continue a apoiar e nós vamos desenvolver e vamos ter grandes skaters a nível mundial a sair daqui de Albufeira, muito obrigado." -----

Presidente da Assembleia: "Não havendo mais intervenções do público, eu iria desde já, antes de passar a palavra ao Senhor Presidente, responder ao senhor Henrique Coelho, porque é uma questão que também tem a ver com a convocatória e, de facto, é uma questão de interpretação. O relatório final que nós vamos aprovar, diz exatamente o seguinte, e eu passaria a ler para terem conhecimento: "por deliberação da Assembleia Municipal de Albufeira, tomada em sessão extraordinária realizada no dia três de abril de dois mil e vinte e três, na sequência da proposta aprovada pela Câmara Municipal de Albufeira, em reunião de vinte e um de março de dois mil e vinte e três, foi autorizada a abertura de procedimento para contratação de empréstimo de médio-longo prazo para investimento até ao montante de dezassete milhões e seiscentos mil euros e um prazo global de vinte anos. Na sequência da deliberação acima referida, foi efetuada a consulta a todas as entidades bancárias, que possuem balcões no concelho de Albufeira, atendendo ao disposto no número cinco do artigo quarenta e nove da lei setenta e três, dois mil e treze, três de setembro. É o documento que suporta o número dezoito da ordem de trabalhos. Nós não aprovamos o título do ponto da ordem de trabalhos, aprovamos o documento de suporte que é este, é o relatório final. O que diz a ordem de trabalhos é apreciação e deliberação sob proposta de Câmara Municipal da aprovação prevista no número seis do artigo quarenta e nove da lei setenta e três de dois mil e treze, três de setembro, referente ao contrato de empréstimo de médio longo prazo para investimento até ao montante de dezassete milhões e seiscentos mil num pelo prazo global de vinte anos à Caixa de Crédito Agrícola. Primeira questão, este procedimento já foi aprovado e foi aprovado



nestes termos que eu acabei de ler. A segunda a questão, seria completamente impossível a Câmara Municipal fazer um empréstimo, à Caixa de Crédito Agrícola. Portanto, é por demais evidente que se trata de um empréstimo à Caixa de Crédito Agrícola, porque não poderia ser de outra maneira, só pera malícia, poderia ser entendido de outra forma. O documento que estamos a aprovar é efetivamente um documento de empréstimo pedido pela Câmara Municipal à Caixa de Crédito Agrícola." - Presidente da Câmara: "Boa noite a todos, bem-vindos à Assembleia, é sempre importante ouvir as queixas, os problemas que existem e que muitas vezes desconhecemos, para ver se se conseguem resolver de uma forma mais fácil, outros de uma forma mais difícil, e outros, eventualmente com grande dificuldade que muitas vezes não se consegue resolver. Relativamente ao senhor Lúcio Pescada que falou nas espécies invasoras, no caso das acácias, Albufeira não é propriamente, pelo menos daquilo que eu conheço, um local que tenha muita árvore destas. Que realmente é altamente invasora, isso não há dúvida, e que onde há em espaços públicos, normalmente exterminam-se, porque não são nada agradáveis. Relativamente à questão das algas, estas algas de vez em quando aparecem, portanto, não aparecem muitas vezes, mas sei que há um grupo de trabalho sobre umas algas que aparecem normalmente ali pelas praias do concelho de Lagoa que está a ser estudado, ultimamente não tenho tido conhecimento das démarches e das ações que esse grupo de trabalho está a realizar, tem um nome próprio, evidentemente, que eu agora desconheço, mas de qualquer das mesmas vamos ver isso, muito obrigado. A senhora Cláudia Amorim, bem como o Senhor Humberto Júnior, têm a questão relacionada com os alunos com necessidades educativas especiais, vamos ver o que é que se passa. Não sei se a vereadora Cláudia querera dizer alguma coisa, uma vez que tem o pelouro da Educação, que certamente estará dentro deste problema e se não ficar resolvido, com certeza, nós iremos resolver muito rapidamente." -----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Muito boa noite a todos, estava a ouvir os pais atentamente e com alguns já falei algumas vezes. Efetivamente, o vosso sentir é igual ao meu, ao nosso, porque efetivamente, a forma como a inclusão está a acontecer nos nossos estabelecimentos de ensino não é uma inclusão de todo, e não poderíamos estar mais de acordo. Agora, queremos efetivamente ajudar a melhorar a resolver, e aqui divide-se em dois pontos, um que falou sobre o período pré-escolar, o ATL de resposta a estas crianças. Nós estamos a trabalhar nisso, já falei com alguns dos pais, que



estamos efetivamente a avançar com um plano em conjunto com as associações e os nossos serviços da educação e da ação social, para criar em breve uma resposta nesse sentido, relativamente ao que se passa no dia a dia, nos estabelecimentos de ensino também têm sido muitas as reuniões que temos feito com os diretores de agrupamentos, tivemos a sensibilidade, apesar de ainda ontem eu falava que o Senhor Presidente, este ano tivemos a mais quinhentos e quarenta e quatro alunos. Nós estamos num concelho que está a crescer dia após dia, e quando os alunos chegam, nós não sabemos, somos todos diferentes. Eu há pouco, vim de Faro, de uma das reuniões em que se falou justamente, da necessidade urgente de se fazer um diagnóstico regional sobre o tipo de diferenças, falando das necessidades especiais, da deficiência e tudo mais, porque o município pretende ajudar com os recursos humanos, voltámos a fazer um novo concurso. O ano passado colocámos noventa e seis operacionais, este ano fizemos um procedimento externo, para assegurar as suas baixas rápidas, isto a título de exemplo, com quinze funcionários, o nosso concurso começou em agosto e que vai sair esta semana a lista definitiva com mais cinquenta lugares, mas no mapa de pessoal temos cerca de setenta vagas, mas isto não é uma solução, isto não é uma solução porque estas pessoas são operacionais, não são técnicos especializados. Já falámos disto, muitas vezes, são pessoas que têm formação, que vão ter formação, que vão dar algum apoio junto das escolas e junto dos vossos filhos, mas efetivamente o executivo está convosco neste futuro, e estamos no momento certo, porque vamos ter novamente eleições no nosso país e penso que é altura de pensarmos numa reforma adequada para trabalhar a integração das diferenças de uma forma aceitável, porque não estão a acontecer. Vamos continuar a trabalhar, e esperamos em breve ter mais respostas que vão de encontro com a ajuda, em melhorar a resposta que vocês tanto precisam." -----

Presidente da Câmara: "Quero complementar esta intervenção, porque a vereadora tem o pelouro da Educação, mas garantidamente, a questão da falta de uma pessoa para acompanhar as crianças em determinadas situações terá que existir e vamos resolvê-las, sem dúvida, esta questão das refeições que falou, que tinham isenção, tem que se ver o que é que está previsto, em termos de responsabilidade do município, que é preciso ver, nem tudo o que se passa na educação e nas escolas e nos jardins de infância depende do município, muitas das coisas depende do Ministério da Educação. A colocação de professores de ensino especial, por exemplo, não depende do município,



depende do Ministério da Educação. Porque tudo o que for da nossa responsabilidade e mais alguma coisa ainda, com certeza que nós havemos de resolver. O senhor Humberto, falou na questão da APEXA que teria já um número esgotado, vamos tentar falar com a APEXA no sentido de ser precisamente uma das coisas que ele disse, uma parceria público-privada, porque na realidade a APEXA é uma entidade privada, não é pública. Embora seja uma entidade privada, não deixa de ser em colaboração com a Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal todos os anos atribui com uma contribuição financeira, inclusivamente apoios logísticos, para o desenvolvimento da atividade da APEXA. O objetivo é precisamente para isso, para ser um complemento daquilo que é a escola, para ser uma continuidade da escola, no dia a dia, portanto, isso vai ser tudo tratado, inclusivamente vou também trabalhar junto com a senhora vereadora e vamos tentar resolver o problema no mais curto espaço de tempo. Podem ficar descansados, porque isso merece toda a consideração, tal qual como todos os outros. Relativamente ao senhor José Diogo por via do bar "Forest", isso vai a reunião de câmara para encerramento no próximo dia dezanove. O senhor Vice-presidente tem o pelouro do ruído e do meio ambiente, às vezes levamos a reunião de câmara, situações que faz com que haja uma antecipação do horário de encerramento, aqui neste caso, já é mais grave, então vai ser encerrado preventivamente. Agora, temos de seguir um procedimento, tem de ir a reunião de câmara, a Câmara tem que aprovar essa intenção de encerrar, tem que se dar dez dias para o senhor responder, o senhor responde, portanto, temos de cumprir estes prazos todos. Felizmente ou infelizmente, é a lei, tem de ser objeto de audiência pública. O senhor Henrique Coelho, o senhor Presidente da Assembleia já respondeu uma parte, eu quero apenas dizer, evidentemente que a Câmara não tem alvará de empréstimo de dinheiros, não é nenhuma casa bancária, dá apoios mas não dá empréstimos. Por outro lado, evidentemente que isto foi objeto de um concurso público, portanto, não foi apenas com uma entidade que foi negociado, isto não é nenhum negócio que se trata aqui de uma forma assim com tanta leviandade conforme eventualmente pressupôs que fosse. Foi um concurso público, todos os bancos puderam concorrer, e depois o júri entendeu seriar os concorrentes como qualquer concurso, houve audiência pública, houve audiência aos interessados, enfim, tem todos os trâmites de um concurso público. E depois claro, se esta Assembleia aprovar este empréstimo é apenas, e só, para dar hipóteses para que se façam algumas obras, porque quando se contrai o empréstimo

numa Câmara municipal, os empréstimos contratados, e este empréstimo é um caso, só é ativado quando contra os autos de medição das obras que estão adstritas ao próprio empréstimo, o empréstimo não serve para fazer mais nada, só serve para ir ativar a parte do empréstimo que diga respeito a um determinado auto medição de uma empreitada, que esteja na lista desse empréstimo. Portanto, aí não há perigo de o empréstimo ser para festas, nem festinhas, nem nada disso, é só para aquelas obras que estão devidamente elencadas na proposta que veio à câmara, e que veio aqui à Assembleia Municipal. Depois, caso a Assembleia Municipal delibere a sua aprovação há de ir para o Tribunal de Contas para ser visado, e só é ativado, com certeza, só tem efeitos práticos quando for visado pelo Tribunal de Contas, nada é possível fazer sem estes trâmites todos. Portanto, pode estar descansado porque está tudo acautelado. O senhor Marques Bila, levantou as situações relativamente à questão do regulamento, fica registado e vai ser respondido, com certeza. A Senhora Olinda Ribeiro levanta aqui um problema que já há uns dois ou três anos tinha o problema, não com tanta dimensão conforme descreveu, mas estava por estar lá alguém a utilizar aquilo como oficina. Eu próprio fui lá com algumas pessoas e nessa altura, há uns três anos talvez, nessa altura a pessoa saiu de lá, o terreno foi limpo, agora tenho de mandar verificar novamente e saber junto da GNR o que é que foi feito, depois hei de falar consigo, para dizer alguma coisa. Relativamente ao senhor Levy Ferrão e o senhor Armando Costa, agradeço as vossas intervenções, mas é preciso ver uma coisa, o skate não é de agora, já está feita há alguns anos, e nós não temos apenas futebol em Albufeira, nós temos já há muitos anos, imensas modalidades, se calhar trinta e tal modalidades desportivas, todas diferentes, não é só o futebol, desde judo, karaté, basquetebol, danças, acrobática, ginástica, ciclismo." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Paolo Funassi: "Boa noite a todos, a Associação Tiny Shelter, é uma Associação de Solidariedade Social sem fins lucrativos, que se constituiu a vinte e quatro de março de dois mil e vinte e dois, sediada na Guia que visa promover a defesa e proteção de animais domésticos, lutando pelo bem-estar e a melhoria das suas condições da vida, nomeadamente pela construção de um abrigo destinado a albergar animais domésticos,



com um serviço de assistência aos mesmos. Colabora também com as autoridades na defesa e direito dos animais, bem como os canis municipais. Esta associação tem ajudado mais de mil e duzentos cães, e os enormes custos são sustentados pela dezena de voluntários, em eventos de solidariedade para angariar fundos. Venho, portanto, apelar ao Presidente Rolo que aceite formalizar um protocolo com a Tiny Shelter, reconheça o papel dela como entidade de utilidade pública, que sei que foi já pedida, faz tempo, e possa contribuir com alguma ajuda financeira em prol dos animais do concelho que a associação cuida e ajuda." -----

Margarida Guilherme: "Boa noite a todos, primeiramente gostaria de dirigir-me ao senhor Presidente da Assembleia e pedir, nós assistimos aqui recorrentemente a guerrilhas entre deputados e a conversas que não nos levam muitas vezes a lado nenhum, e hoje sentimos, alguns nós, se calhar não todos, mas eu senti-me mal ao ver a senhora que aqui esteve, salvo erro a senhora Cláudia, ser interrompida, porque os cinco minutos tinham acabado. Eu sei que é difícil quando se é chefe, quando se lidera uma Assembleia ou uma turma, eu como professora também tenho esta dificuldade, ser justa, mas em casos de profundidade psicossocial, como esta senhora aqui trouxe hoje, se lhe desse mais um minutinho para ela acabar, teria sido bom. Tirando esse reparo, tenho uma munícipe que me pediu o seguinte: é uma questão de trânsito que verificassem, por favor, na zona de Santa Eulália, existe uma passadeira, a senhora D. Elisabete Santos, ela quase que foi alvo de um atropelamento com o filho, ao passar, esta passadeira fica em frente ao posto de turismo, é uma zona em que todos os dias ali param, existem 2 paragens de autocarro, autocarros turísticos, do Zoomarine, do Slide & Splash, o Giro, o Vamos, etc., e portanto, uma zona de muita movimentação, de paragem e muita gente a passar nesta passadeira e, portanto, a senhora pede que a Câmara faça alguma coisa, eventualmente lombas para que as pessoas reduzam a velocidade e que não hajam ali acidentes, ainda não houve, então façamos para que não haja." -----

Presidente da Assembleia: "Não foi insensibilidade, mas, na verdade, temos de conduzir os trabalhos. Há quem nos peça de muito rigor, há quem nos peça alguma flexibilidade, temos que de vez em quando, também tomar algumas medidas."-----

Carla Madeira: "Boa noite a todos, venho só reforçar aqui, senhor Presidente, o que disse a D. Olinda, eu estive lá no local e realmente o que se passa ali é difícil de explicar. As pessoas que ali estão chegaram ao cúmulo de vedar o espaço e colocar



placas, que diz propriedade privada, sendo que todos nós sabemos que é propriedade da Câmara. Eu pergunto também como é que eles têm acesso a água e luz, porque têm, e aquilo não é uma situação de hoje, nem de há dois anos atrás, porque há carros escondidos lá para trás, no meio da vegetação, se passarem, aliás, pelo Solar de São João, vão ver que há viaturas lá atrás, em que a vegetação já passou por cima delas, há outras tapadas com ar estranho, e é urgente que realmente se veja isso. Deixar só uma notazinha acerca da iluminação de Natal, a passagem de ano que se avizinha aí grandiosa e a iluminação que temos parece quase a sorte grande e a terminação, era bom que se elevasse isto um bocadinho porque Albufeira merece efetivamente." -----

Raúl Ferreira: "Muito boa noite, venho aqui novamente falar de uma questão que eu penso que é importante para o concelho e é uma questão sensível. Gostava de questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal, o estado em que está PDM, o estudo PDM, efetivamente a revisão do PDM foi uma bandeira de todos os partidos que concorreram às eleições, estamos a terminar o ano de dois mil e vinte e três e o que sabemos acerca deste documento, neste momento, é nada. Eu gostava que o Senhor Presidente efetivamente esclarecesse se é uma questão meramente política de não nos dizer nada, se será uma questão de incompetência do gabinete que foi contratado, o que é que se passa? Que eu penso que o PDM é um instrumento necessário e fundamental para o desenvolvimento do concelho, nomeadamente para resolver a questão relacionada com a habitação que tanto se fala e, neste momento, não temos nada sobre o assunto. Continuamos a falar na falta de habitação, no problema de ordenamento do território e o documento que é fundamental para resolver estas questões, não aparece. Paralelamente com PDM, também gostava de saber se a Carta Municipal de Habitação está feita ou se está também como o PDM, utilizando uma expressão mais corriqueira, em banho-maria. Efetivamente, a Carta Municipal de Habitação é fundamental para resolver o problema de que todos falamos, aliás, deveria ser aprovada anualmente, é o que diz a lei. Gostava de referir também que a lei, se não estou em erro, saiu em dois mil e dezanove, e até hoje, volvidos 4 anos não temos uma Carta Municipal de Habitação. Portanto, o que eu questiono é, o que estamos à espera para que dois documentos tão importantes para o concelho e, nomeadamente, para a habitação, para a qualidade de vida dos albufeirenses quando é que eles aparecem nesta Assembleia Municipal para discussão e aprovação?" -----



Inês Mendonça: "Boa noite a todos, pegando aqui na deixa, deixada pela deputada Carla Madeira sobre as iluminações de Natal, este ano na cidade de Albufeira, resulta à vista de todos, que as iluminações são pouco abundantes, temos apenas as rotundas iluminadas, a entrada da Câmara Municipal, mas houve anos antes em que, de facto, a iluminação era muito maior, tínhamos as avenidas principais da cidade todas iluminadas, isso, de facto, dava outra alegria e também harmonia à cidade nesta época do ano. Eu confesso que não sou apologista nem do oito nem do oitenta, ou seja, nem de exageros, mas também nem do quase nada, de situações minimalistas. Efetivamente, comparando com o ano passado, existe, de facto, uma diferença muito grande, diferença essa à qual eu não consigo atribuir uma razão assim à primeira vista, porque, enfim, cremos que a situação económica da Câmara é boa, portanto, não é essa com certeza a razão, também não será o preço da eletricidade que até tem vindo a diminuir consecutivamente este ano e assim se prevê no próximo ano de dois mil e vinte e quatro, sendo que, para além disso, também já foi aprovado aqui em Assembleia o Orçamento para as iluminações de Natal que incluía também este ano e, por isso, não percebemos qual é a razão para esta fraca aposta na iluminação de Natal. Por isso, lanço aqui a minha pergunta, o que é que se passou, se terá havido alguma falha, algum problema no concurso, se houve algum atraso no lançamento do concurso ou efetivamente se foi outra a razão? Porque as iluminações de Natal são, no meu entender, a par de outras atividades e de outros eventos que se podem fazer nesta época do ano, uma forma de atrair mais visitantes à cidade, sobretudo quando estamos a promover uma festa como a da passagem de ano e essa enchente que aqui se falou, portanto, fica aqui a minha questão." -----

Cláudia Raimundo: "Muito boa noite a todos, queria falar um bocadinho sobre a cultura em Albufeira. A cultura é uma área deveras muito importante no desenvolvimento da cidade e eu quero aqui parabenizar o esforço que este município tem feito no sentido de dinamizar o trabalho dos artistas locais, das associações culturais. Este trabalho é importantíssimo e é para se continuar, e insistir especialmente no inverno, pois entendo que é uma arma contra a sazonalidade, influencia positivamente a imagem de Albufeira, capta visitantes e turistas e incentiva à economia. Eu queria aproveitar para destacar algumas iniciativas, como aqui foi dito no período público, o Albufeira, Skate Challenge, que foi um evento desportivo, foi solidário e foi artístico, e foi sobretudo um evento que foi projetado por jovens albufeirenses que participaram na sua



organização. Têm sido feitas várias peças de teatro no auditório, tais como a Maria, a neta de Nicolau, que tive o prazer de assistir este domingo, por exemplo, espetáculo de Fernando Mendes, também acho que foi um sucesso. As várias atividades culturais desenvolvidas na Biblioteca Municipal também são de louvar, os workshops no Centro de Artes e Ofícios que estamos sempre a ver as partilhas no Facebook e também no gabinete da Juventude. Também queria referenciar, e acho que é de referenciar, a primeira gala da Juventude que aconteceu no início do mês e do primeiro concurso de jovens criadores na arte digital, na fotografia, pintura escrita, música audiovisual, ilustração onde receberam prémios monetários, e tive a oportunidade de falar com vários jovens, muitos deles vão investir nas suas artes. É muito positivo investirmos nos jovens, porque eles são o nosso futuro. Nesta área da cultura também queria referenciar duas iniciativas da freguesia de Albufeira e Olhos de Água, uma delas é literatura à Beira-Mar, que se tratou do encontro literário numa zona nobre e antiga da cidade, o Cais Herculano, que para além da cultura em si, deu vida àquele Cais Herculano que está ali ao lado, uma biblioteca de rua que tem livros para consulta. O objetivo é a troca, para além de jornais diários, um informativo e outro desportivo que é consultado por imensas pessoas que passa lá naquele cais. Também queria referenciar a peça de teatro que vai acontecer este sábado, cuja produção é de uma artista albufeirense. Outra coisa que eu também queria referenciar e acho que também é de louvar, a freguesia de Ferreiras também organizou a primeira feira alternativa e cultural do Algarve. A cultura traz-nos identidade e é isto que o turismo de qualidade procura e nós, os residentes gostamos, portanto, queria dar os parabéns ao Presidente Rolo e ao restante executivo, que continue a trabalhar neste sentido e obrigada." -----

Silvia Dias: "Boa noite, venho questionar o Senhor Presidente, uma questão que já fiz há algumas sessões da Assembleia anteriormente, que é a seguinte: gostaria de saber em nome de alguns munícipes que já me vieram questionar, se existem critérios para a zona VIP nas atividades desenvolvidas organizadas, principalmente organizadas pelo município? Se existe esses critérios, quais são? Gostaríamos de saber quais são esses critérios, porque há muitos munícipes interessados em saber. Outra situação, queria só reforçar, a deputada Carla Madeira e a Inês já falaram, é em relação à iluminação de Natal, não só aqui à cidade, mas sim às restantes freguesias, Guia, Ferreiras, Olhos de Água e Paderne, saber qual a razão de ter só uma árvorezinha? Porque não só mais um



bocadinho, só mais uma luz? Dar uma luz, uma alegria aos nossos munícipes das nossas freguesias, porque muitos não podem vir a Albufeira, nós não podemos esquecer disso. Razão que me preocupa, porque isto são dinheiros todos públicos, mas que devemos de aplicá-los de uma forma justa." -----

Mónica Coimbra: "Boa noite a todos, começo a minha primeira questão pela iluminação de Natal. Todos nós estamos a testemunhar que as iluminações de Natal estão diferentes dos anos anteriores, parece que passamos do oitenta para o oito, mas não querendo tirar conclusões precipitadas, perguntamos: é este o resultado do investimento de mais de sessenta e nove mil euros? Ficou alguma coisa por fazer ou isto, como já foi dito, é algum sofisticado minimalista, artístico que nós e alguns albufeirenses não estão a alcançar? A minha segunda questão vai ao encontro das preocupações da senhora Cláudia Amorim, e dos pais com filhos com problemáticas difíceis, que necessitam de um apoio muito individualizado. Senhor Presidente, estamos a quatro dias do final do primeiro período e ainda não temos o número suficiente de assistentes operacionais na escola. O que significa que, estamos na mesma situação de carência e dificuldades na gestão diária dos recursos humanos, nas nossas escolas. Tendo em conta que nos foi transmitido nas duas últimas Assembleias, que até ao final de outubro, contavam ter a situação resolvida. Questionamos, Senhor Presidente e a senhora vereadora do pelouro da educação, qual é o ponto da situação do concurso para a contratação dos assistentes operacionais para as escolas? A senhora vereadora já nos respondeu que esta semana sairá a lista definitiva, mas gostaríamos de saber para quando é que temos esses assistentes nas escolas? Janeiro, Fevereiro, Março, para quando? E desculpem aqui o meu desabafo, mas por defeito, por profissional, posso afirmar que é preferível ter assistentes operacionais nas escolas sem experiência, porque a sua sensibilidade fará toda a diferença nestas crianças, por isso, é urgente resolver esta situação, porque as escolas precisam urgentemente de pessoas para ajudar os alunos e estas crianças." -----

André Lima: "Boa noite a todos, em relação às luzes de Natal, acho que não é demais repetir e queria só acrescentar uma coisa, não tocar nos mesmos pontos, mas acrescentar uma coisa, sei que a resposta natural vai ser: "se faz, é porque se faz muito, não se faz, porque não se faz nada", só para passarmos a isso, isto é um bocadinho uma questão de bom gosto, e noção, não faz tanto sentido em Covid termos as avenidas de completamente cheias de eliminação, como faz sentido agora termos



uns presentinhos nas rotundas. Em relação ao assunto da cultura, fico muito contente porque nas últimas Assembleias, termos tido sempre aqui muita gente antes da ordem do dia a reforçar a cultura, muitos parabéns pelo que têm feito e até a minha pergunta é mais para deputada Cláudia, se ela concorda comigo, que seria interessante para os munícipes terem possibilidade de comprar os bilhetes antecipadamente nos eventos do concelho, no Auditório Municipal e outros, bilheteira online, muito obrigado.” -----

Carla Vieira: “Boa noite, eu não tinha uma intervenção para fazer antes do período do público, no entanto, acho que é importante que sejamos esclarecidos sobre a situação do ruído no concelho de Albufeira. Na assembleia passada, tivemos aqui um munícipe que nos surpreendeu pela negativa, da forma sentida e frágil com que expôs uma situação que é recorrente na vida dela, há vários anos e que, pelos vistos, ainda não tem solução. Hoje vimos aqui alguns munícipes também a queixarem-se do mesmo, em outras zonas da Albufeira e que, pelos vistos, não tem solução. A verdade é que eu acho que tudo tem solução, tudo tem solução, porque temos um regulamento em vigor que não está a ser cumprido, não sei se por alguma incapacidade técnica ou funcional do executivo ou se realmente precisamos de recorrer a outros meios para que o direito destas pessoas ao descanso e à tranquilidade seja realmente respeitado e cumprido. Sabemos também que o regulamento está prestes a ser alterado e que, pelos vistos, não passa da gaveta, portanto, pergunto ao Senhor Presidente, em nome também dos munícipes, e em nome pelo menos da bancada do Albufeira Prometida qual é a solução? Senhor Presidente, qual é a solução? Estas pessoas precisam de viver em paz, têm direito ao descanso. Muito obrigado.” -----

Luna Silva: “Boa noite a todos, não podia deixar de vir aqui também dar uma palavra relativamente à iluminação de Natal que temos atualmente no nosso concelho de Albufeira, senão vejamos, na passada Assembleia Municipal de Albufeira de quatro de setembro de dois mil e vinte e três, foi apreciado e deliberado, como ponto da ordem do dia, a repartição de encargos do concurso público para fornecimento de iluminação decorativa de Natal em regime de aluguer para os anos dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e cinco pelo valor de duzentos e noventa e sete mil euros, mais IVA. Hoje esse concurso espelha-se na informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c do número dois do artigo vinte e cinco da lei, número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro. O concurso teve como entidade adjudicatária a empresa Ilmex Iluminação Portugal, unipessoal limitada no



valor de duzentos e noventa e sete mil euros mais IVA. Eu gostava de perguntar ao senhor Presidente da Câmara Municipal onde é que está a iluminação de Natal do ano dois mil e vinte e três? Onde é que temos neste concelho uma iluminação de Natal que custou este valor à Câmara Municipal de Albufeira?" -----

Helena Simões: "O PSD outrora foi acusado de uma forma artilosa, trazer pontos à ordem de trabalhos sem previamente os submeter ao Presidente da Assembleia ou a mesa da Assembleia, assim o fez desta vez e vem agora o Presidente dizer que os pontos têm de ser apresentados dentro do período antes da ordem do dia, e não como as demais moções que costumam ser um ponto próprio da ordem de trabalhos. Como tal, eu questiono se é doravante, ou se é só hoje que se cria uma exceção, porque foi o PSD que em tempo útil enviou um e-mail a pedir para incluir um ponto na ordem de trabalhos, não um ponto antes da ordem do dia. Esta é a primeira questão, como é um pedido de esclarecimento à Mesa gostaria que me esclarecesse." -----

Presidente da Assembleia: "Esclareço, e tem a ver com o que diz o Regimento. O Regimento é contraditório, e diz o seguinte: *no período antes da ordem do dia são apresentados requerimentos, recomendações ou moções*, é o artigo quarenta e três, porém temos também um artigo, que aliás, foi discutido também no grupo de trabalho, cuja proposta foi formulada pela Senhora Deputada Helena Simões, que diz que não podem ser apresentados mais do que vinte pontos da ordem de trabalhos. Essa é a razão pela qual terem transitado as moções para o período antes da ordem do dia, nos termos do artigo quarenta e três que refere ser neste momento que devem de ser discutidas e aprovadas as moções. Temos aqui uma contradição relativamente a estas situações. Assim pretendia-se incluir estas duas moções antes da ordem do dia, porque é assim que refere o artigo quarenta e três. Antes da ordem do dia, o tempo está limitada e definido para cada força política, pelo que terá que se discutir dentro desse tempo. Diz o artigo trinta número dois alínea b, que, apresentado o texto da proposta o autor poderá usar da palavra durante dois minutos, não é durante mais dois minutos, é durante dois minutos. Há que corrigir estas questões, porque a contradição é grande. Por um lado, o Regimento diz-nos que temos que fazê-lo dentro de sessenta minutos entre as várias forças políticas, uma vez que as moções devem ser apresentadas, no período antes da ordem do dia. Temo-lo feito na ordem do dia, quando os pontos não chegam aos vinte, como chegaram desta vez e esta foi a primeira vez que isso aconteceu. Para evitar que tivéssemos que responder pelo facto de introduzir duas



moções e chegarmos aos vinte e dois pontos e depois sermos acusados de se terem introduzido mais dois pontos, indo contra o Regimento, optamos por colocá-los antes da ordem do dia. Eu não tenho qualquer problema em dar os dois minutos, a questão é, articular a forma de discutir as moções nos termos regimentais. E é o que está aqui em causa. De facto, existem duas moções, as duas moções, podem ser discutidas posteriormente, porque a Assembleia é soberana, mas depois vamos chegar ao final da Assembleia e vão-nos dizer que temos que votar para prolongar a Assembleia, e depois os membros votam contra a continuidade da Assembleia. Também não tenho problema em fazer uma segunda reunião ainda este mês, se assim o entenderem. Portanto, a ideia era tentar colocar desde que haja tempo e se assim o entenderem, neste período conforme estipulado no artigo quarenta e três, do Regimento, que diz que as moções são apresentadas durante o período antes da ordem do dia. Esta foi a forma de resolver e evitar, a violação do Regimento em virtude de se ultrapassar a regras de ultrapassar a regras dos vinte pontos da ordem do dia, e de ser questionado em virtude desse incumprimento. Aliás, tenho mais um ponto, que o Senhor Presidente acabou de me entregar, antes da entrada para a Assembleia, um ponto importantíssimo, segundo consta, e que eventualmente vai ter que ser votado quando iniciarmos a ordem do dia relativamente à questão do direito de superfície sobre o Instituto de Emprego e Formação profissional, que foi pedido ou informado durante o dia de hoje, e que terá que ser deliberado até ao final deste ano, e assim sendo teremos que colocar à consideração da Assembleia, uma vez que estamos numa Assembleia Ordinária. A Assembleia Ordinária permite, que se acrescentem pontos desde que seja deliberado por dois terços do plenário. Essa é uma decisão da Assembleia que permite flexibilizar o Regimento. -----

Helena Simões: "Agradeço a resposta, flexibilizar o que há bocado, não se flexibilizou por mais um minuto para uma intervenção do público, mas passemos à frente, porque não é o PSD que está preocupado, o PSD ainda tem oito minutos e vinte e três, mas o mesmo artigo que referiu, ou a mesma alínea, do número dois do artigo trinta refere que, depois cada bancada também tem dois minutos para debater a dita moção, mas ainda assim, é como entenderem melhor, como a prezar aos demais é indiferente, porque o PSD enviou a moção previamente. Ainda que no que concerne a moção do MIPA, teria alguns esclarecimentos que gostaria de obter em sede própria, mas se não vai haver propriamente debate, porque, pelos vistos, estamos antes da ordem do dia e



poderá haver algumas forças políticas que possam já ter esgotado o tempo, não há de ser pelo PSD/CDS que iremos obstaculizar o que quer que seja. No uso da palavra e no tempo que nos é conferido, eu gostaria de dar entrada de um recurso, porque tomei conhecimento que na última Assembleia foram referidos uma questão de uns tablets que foram atribuídos, não sei se foi atribuída à generalidade ou não, ou em que critérios é que foram atribuídos. Eu tive o cuidado de trazer a versão impressa para toda a gente, para também não estar a consumir tempo, porque é uma situação do foro interno da Assembleia, obviamente, o recurso inicialmente incide sobre a Mesa, porque a Mesa é que terá decidido a atribuição dos tablets e, eventualmente, se não foi a Mesa como um todo, poderá ser sobre as ações do Presidente. Assim sendo, vou entregar à Mesa e vou entregar aos demais membros da Assembleia." -----

Presidente da Assembleia: "Senhora deputada, eu acho que está, a deturpar a informação que lhe foi conferida. Tivemos uma reunião no grupo de trabalho e nessa reunião foi-lhe explicado "tim tim por tim tim", a razão pela qual os tablets foram entregues e da forma como foram entregues. Eu posso explicar muito claramente sem qualquer problema respondendo depois ao recurso. O senhor Presidente da Câmara em determinada altura contactou-me e deu-me a indicação de que havia intenção de entregar tablets aos membros da Assembleia Municipal. Eu na altura disse que, achava que não havia necessidade, que as pessoas teriam os seus tablets e que trabalhavam com os mesmos, sem que houvesse qualquer instrução da minha parte ou da Mesa e da minha parte não houve, com certeza absoluta, aparecerem tablets que foram entregues aos líderes de bancada, não há qualquer deliberação, não há qualquer informação, nem há qualquer instrução da minha parte. Isso foi explicado na reunião que tivemos do grupo de trabalho e, de facto, foi o que aconteceu. Eu devolvi o meu, penso que outras pessoas também devolveram os seus. Reafirmo que não houve qualquer instrução da Mesa no sentido de atribuir tablets, e mais, de atribuir tablets segundo determinado critério. -----

Domingos Coelho: "Boa noite a todos, a partir de janeiro vai ser obrigatório a recolha seletiva dos bio resíduos, e a minha questão é, se essa logística está preparada? Se o caderno de encargos já previa esta situação ao qual o concessionário será obrigado? Tanto mais que esta norma já estava prevista há muito tempo que viesse a entrar em vigor." -----



Adriano Ferrão: "Boa noite, já que vai haver um ponto por pedido do senhor Presidente da Câmara para ser incluído na ordem de trabalhos e com isso fazemos o vigésimo primeiro ponto, eu não vejo, a bem da democraticidade, que nós também ponhamos as moções em discussão após, e isso ia elevar com que as suas forças políticas aqui presentes tivessem o tempo necessário também para as discutir ou para as debater. Parece-me, a bem da democracia, que deveria ser assim." -----

Raul Ferreira: "Senhor Presidente, relativamente à questão das moções, o MIPA subscreve inteiramente o que foi dito aqui pelo deputado Adriano Ferrão, acho que a bem da democracia e possibilitando que todas as forças políticas possam discutir em pé de igualdade as moções, deveriam ser inseridas durante a ordem do dia, após o ponto que foi apresentado também pelo senhor Presidente da Câmara." -----

Presidente da Assembleia: "Como digo, a Assembleia é soberana e, portanto, pode decidir esta questão se assim o entender. Eu limitei-me a tentar conter, o número de pontos da ordem do dia e colocá-los de forma a poderem ser discutidos nos termos do Regimento." -----

Domingos Coelho: "Só para informar, e o Senhor Presidente confirmará, que no dia em que saiu a convocatória eu falei com o seu Presidente para apresentar uma proposta que seria na altura o vigésimo segundo ponto. E o Senhor Presidente, disse que, tendo em conta que a convocatória tinha vinte pontos, não seria possível apresentar, uma proposta que seria o vigésimo primeiro, portanto, há pouco já tínhamos falado nisso, antes da Assembleia começar, mas em relação à proposta do Senhor Presidente não tem problema nenhum, por mim pode-se abrir essa exceção, mas não estou de acordo, que se abra para outras situações. Já agora dizer que, o primeiro a sofrer dessa exceção fui eu, ou melhor, foi a bancada do PS. Obrigado." -----

Carla Vieira: "Senhor Presidente, vou invocar aqui os artigos do nosso Regimento. O artigo quarenta e quatro, número quatro, diz que *as sessões terão um limite máximo de vinte assuntos da ordem do dia, exceto se o Presidente da Assembleia entender a admissão de outros assuntos, quando a natureza e urgência dos pontos assim o justifique*. Pelos vistos, a proposta do senhor Presidente da Câmara é urgente e justifica a inclusão desse ponto. Por outro lado, as moções, apesar de, e muito bem, terem sido entregues à Assembleia antes da sessão, com a antecedência prevista, não desvirtualiza em nada, o que dispõe o artigo trigésimo, número dois, alínea a, e alínea b, portanto, temos de ter aqui alguma cautela e temos que interpretar as coisas como



elas são. A Assembleia, não está a quartejar de forma nenhuma aqui a discussão e a exposição das moções que foram apresentadas e muito bem, e hoje em particular, já as outras bancadas têm algum conhecimento e disponibilidade para discutir e para deliberar em consciência, porque foram atempadamente conhecidas. Por isso, na minha forma de ver e da bancada do Albufeira Prometida, estas moções deverão ser discutidas e votadas antes da ordem do dia. Muito obrigado." -----

Helena Simões: "Compreendam a questão, para o PSD é indiferente, porque o PSD tem tempo, mas, por exemplo, há dois independentes que já consumiram o minuto deles, existem outras bancadas, poderão estar prestes a esgotar o tempo e são duas moções, se as pessoas quiserem tirar dúvidas das moções respetivas, porque é legítimo, ainda que o documento já tenha sido enviado, é legítimo, vai estar aqui a sonegar, a esquartejar como a deputada referiu, é só essa a questão. Pode ser votado antes da ordem do dia, mas acho que tem de ser concedido tempo adicional para que, eventualmente se debata as moções." -----

Raul Ferreira: "Vamos então justificar a apresentação da nossa moção, de uma forma célere para não atrasar os trabalhos desta Assembleia. A nossa moção tem como objetivo criar aqui uma consciência no concelho, de que há uma necessidade premente de alguma forma estagnar e resolver a situação que vem sendo recorrente em todo o concelho, quer nas zonas mais urbanas, quer nas zonas mais rurais, que tem a ver com a construção clandestina. Neste momento, assiste-se no concelho em vários pontos, à construção clandestina, muitas das pessoas que a fazem umas fazem do ponto de vista comercial para ganhar dinheiro, contornando todas as questões de licenciamento, nomeadamente, não fazendo projetos, não submetendo à apreciação projetos à Câmara Municipal, não pagando taxas que são devidas pela apresentação de projetos, pelas licenças de utilização, portanto, toda aquela panóplia de procedimentos que são usuais e obrigatórios na construção são contornados por estas pessoas. E fazem muitas delas com intuítos comerciais de ganhar dinheiro, põe-se aqui também uma questão relativamente ao IMI. Estas casas, como são clandestinas, não são declaradas ao fisco e estão isentas de IMI, portanto, isto é o que se chama o "Chico Espertismo" de muitas pessoas. Mas também existe um outro grupo de pessoas, que têm estas casas, que não têm consciência que são ilegais, o que lhes é vendido é um sonho, dizendo que é uma casa relativamente barata, fácil de instalar e que não é necessário qualquer tipo de licenciamento. Ora, isto é falso, e esta artimanha este situação é muitas das vezes



efetuada pelos vendedores, por muitos mediadores, ou que nem são imobiliários que não têm escrúpulos e que vendem o sonho, e depois as pessoas vêm-se a braços com situações totalmente ilegais e que, segundo a lei, a reposição da legalidade é um imperativo, portanto será a demolição, e o que se assiste neste momento no concelho, e estou aqui aberto a ouvir outras opiniões, e outras sensibilidades é que pouco é feito relativamente a esta questão. Nós já há algum tempo que temos vindo a alertar para esta situação, nomeadamente o que acontece junto ao continente da Guia em que existe um bairro completo, é um bairro clandestino, que foi construído aos olhos de toda a gente e que nada foi feito. Ora, todos nós sabemos que a autarquia tem mecanismos legais, nomeadamente a posse administrativa. Eu vejo aqui o Senhor Presidente a abanar a cabeça, pergunto se alguma vez cogitou a posse administrativa daquele terreno, se calhar, se tem efetuada a posse administrativa, não tínhamos hoje aquela situação, que estamos a viver, em que põe em causa a própria segurança das pessoas. Imaginemos que há ali um incêndio, quais são as condições dos bombeiros de lá trabalhar? E é uma questão de saúde pública também, porque não existe saneamento, existe ali uma exploração de pessoas que têm algumas dificuldades económicas e que se sujeitam a pagar rendas de coisas que não tem condições. Portanto, eu penso que este município, e este executivo, tem que tomar medidas fortes, têm primeiro tomar uma medida também educativa, dar a conhecer às pessoas que não é possível construir naqueles moldes e depois tem que agir com um pulso, e de uma forma a repor a legalidade que hoje existe no nosso concelho." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão das casas ou de outra irregularidade, qualquer que seja relativamente à parte de urbanismo, com certeza que são feitas muitas coisas, normalmente a tramitação é esta: é feita uma informação com uma participação pela fiscalização, detetada em termos de espontaneidade por parte deles ou objeto de alguma denuncia ou informação paralela, e depois é feito todo o procedimento que está em sequência disso. E quando se diz: nada foi feito, eu lembro que em dois mil e dezanove, na reunião de Câmara de vinte e nove do dez de dois mil e dezanove, foi aprovado em reunião de Câmara uma informação relativamente às casas pré-fabricadas, baseado numa recomendação da Comissão Nacional do Território e então foi deliberado manifestar concordância com a recomendação do Conselho Nacional do Território, aprovada em reunião de Comissão Nacional Território datado de trinta de setembro de dois mil e dezanove e adotar o entendimento



expresso na mesma para enquadrar atos e ações no exercício das suas atribuições e competências, e remeter à divisão de comunicação e relações públicas e internacionais para divulgar a presente deliberação e recomendação nos meios considerados adequados. Posteriormente, em sequência disto foi feito pela Câmara Municipal um comunicado nessa altura também, que dizia precisamente isso, que era proibido, evidentemente que isto foi em dois mil e dezanove, as pessoas têm memória curta, com certeza que ninguém já se lembra disso, provavelmente até está no site da Câmara, portanto, só estou a contestar, não sei se isso é útil, se é bastante, talvez não seja ou não é, com certeza, tanto que aparece muitas vezes isto. E quando frisou um exemplo perto do Shopping, quero recordar que isso está a seguir os tramites normais, até já foi informado para o Ministério Público o incumprimento, agora, a partir daqui há todo um conjunto de entidades que podiam perfeitamente agir. A ASAE podia agir, a Câmara já agiu, evidentemente que para tomar a posse administrativa, para fazer a um, tenho de fazer a muitos, mesmo muitos, e temos de seguir outro caminho até que se consiga resolver. Todas estas questões que estão na moção, evidentemente que tenho aqui números sobre procedimentos de regularização de questões relacionadas com urbanismo, autos de contraordenações alvo de comunicações para o Ministério Público, muitas delas, não estão todas relacionadas com casas pré-fabricadas implantadas em terrenos que não são de apetência construtiva, mas muitas outras, uma janela aberta que não estava previsto, um telheiro que foi feito, um anexo que foi feito para um quarto, existem inúmeras situações, umas mais graves que outras, obviamente, há situações que até são entendíveis, só que são só entendíveis, não são legais, isso não faz parte da legalidade o ser entendível ou não, o sermos tolerantes ou não, aqui não podemos ser tolerantes. Temos de ponderar alguma coisa, e também já aconteceu algumas coisas sobre mandados de demolição e depois o lesado, a pessoa que se sentiu lesada interpôs uma ação em tribunal e o que é certo é que o tribunal lhe deu razão. Isso já aconteceu aqui nesta câmara, pelo menos duas vezes. Na moção fala em questões para responder, tenho aqui praticamente a resposta, só que não está individualizada sobre a questão, se são casas pré-fabricadas ou se são outros assuntos, neste momento está tudo ainda misturado. Tenho aqui variadíssimas, tenho desde dois mil e dezanove, em quatro anos já foram feitas mil e trezentas e qualquer coisa contraordenações, portanto, está em andamento, todas elas não param, a divisão de fiscalização faz o primeiro passo, depois vai para a divisão jurídica que segue o



caminho seguinte. É claro que tem que tem de ser, como sabe, melhor que eu até, tem de ser ouvidos os interessados, têm uns tantos dias para responder, depois têm uns tantos dias para demolir e se não demolirem, há o incumprimento de uma ordem, de uma decisão, vai pelo Ministério Público e a partir daí, é responsabilidade do Ministério Público. Depois, há de se preparar resposta, quando tiver uma resposta sucinta sobre as questões levantadas, mas também lhe dou inteira razão, evidentemente que isto não pode continuar assim. Achei interessante até um dos itens da moção falar no outdoor, por exemplo, pode ser uma forma, não digo que não, acho que até é capaz de acolher no sentido de informar as pessoas. Há muita gente que pensa que por pagar uma coima, já estou a falar numa situação de uma família que precisa mesmo de uma casa, tem um terreno, não é de construção, mas compra uma casa pré-fabricada e metem lá, aquela casa faz-lhe falta e é fundamental, imprescindível para a sua residênciã, para a sua habitação, mas não é por isso que é legal, como já disse há pouco, só que ponderando isto, depois a pessoa vem chorar, mas o que é certo é que temos que seguir o caminho igual aos outros, mas não é igual. E muitas vezes há pessoas que pensam que pagando uma coima, fica o assunto resolvido, não sei se antigamente era assim, mas agora, não é nada disso assim. Mas estou inteiramente de acordo com as preocupações, ninguém essa situação a proliferar aí pelo concelho todo." -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Boa noite a todos, vim aqui falar em relação àquele caso que foi aqui mencionado na freguesia da Guia, realmente é um problema grave que nós temos lá, não só ambiental. A Câmara Municipal foi alertada quando aquilo começou a crescer, entretanto, foi falado aqui na ASAE, também na Junta entramos em contacto com a ASAE, com as Finanças, com o Ambiente, com a GNR, realmente o que o Senhor Presidente disse é a realidade, acho que já foi enviado o processo pelo Ministério Público, só que, para além de um problema ambiental, temos um problema social, estamos a falar de noventa famílias ou mais que ali estão e depois quero ver o que é que vamos fazer com aquelas famílias, por acaso estou muito, muito preocupado com estas vertentes." -----

Silvia Dias: "Como residente daquela freguesia, e vivendo ali ao pé, é de preocupar o lixo acumulado ali à beira daquela zona. Aquilo está a crescer dia a dia, os miúdos andam lá na rua sem qualquer cuidado, aquilo considera-se que já é um perigo de saúde pública. Era bom todos reunirmos esforços para tentar resolver aquela situação social, porque muitas famílias ali vivem e se ter de ir para outro sítio, onde? Onde é que

vamos pôr estas famílias? E outra situação, a maior parte são pessoas que nem sequer são portuguesas, são brasileiras, indianos. Há que realçar esta preocupação que é uma situação social preocupante.” -----

Raul Ferreira: “Eu gostava de dizer que também estou preocupado com a questão social, como é óbvio, mas não posso compreender que para resolver questões sociais tenhamos de violar a lei, efetivamente, a lei é geral, abstrata e imperativa, isso aprende-se no primeiro ano de direito, é geral é para todas as situações, é imperativa tem que se aplicar a todos, e é abstrata não é para nenhum caso concreto, e não é através da violação da lei que temos que resolver os problemas sociais. Os problemas sociais resolvem-se, por exemplo, que a aprovação do PDM, criar zonas de construção a custos controlados e aí é que está a solução, não é através da construção clandestina que nós vamos resolver este problema.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a Moção apresentada pelo MIPA a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: um (01) Paolo Funassi. -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Teresa Neto, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Lucília Lisboa, Luna Silva, , Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A Moção foi aprovada por maioria. -----

Helena Simões: “Não vou maçar ninguém com a leitura, até porque é a vantagem de enviar os pontos antes e previamente, que assim toda a gente tem conhecimento deles, em síntese, não é trazer para a discussão o assunto, se se paga taxa, se não se paga taxa, a natureza da via, a realidade é que, na hora atual é equiparada a uma autoestrada e a realidade é que ela na hora atual, está cheia de rachas, lombas, depressões, relva a entrar pela via adentro. Enfim, eu direi que, neste momento, é uma aventura andar aos cento e vinte quilómetros por hora que a via permite. Assim sendo a proposta do PSD/CDS é, a ser aprovada a moção remeter para o Governo, para o



Governo junto da concessionária imponha ou, obrigue ou tente de alguma forma, coercivamente que as reparações sejam efetuadas, dar conhecimento da moção às demais Assembleias Municipais do Algarve, até porque é uma via que nos atravessa o Algarve de uma ponta à outra, pelo que é um interesse comum de todos os concelhos algarvios e a ser aprovada também dar conhecimento dela ao Presidente da República e ao chefe de Governo e aos demais órgãos de comunicação social. Em síntese é isto que todos receberam, alguns esclarecimentos disponham.” -----

Domingos Coelho: “Nós estamos de acordo que onde as coisas não funcionam, devem funcionar, devem ser reparadas, tudo bem, agora também me espanta que a bancada do PSD nunca tenha feito ou proposto uma moção no tempo em que o seu partido colocou as portagens, ao longo de muitos anos e já agora que também não tivesse acrescentado na moção, por exemplo, a estada do Norte, nas Ferreiras, a estrada que vai de Loulé a Paderne ou a estrada entre a zona da Guia para Vale de Parra.” -----

Helena Simões: “Eu tive o cuidado, como sabe, na minha intervenção por referir que não era para lançar aqui a discussão, o debate político de quem é que tinha decidido taxar, a que percentagens, com descontos, com descontos reais ou com descontos majorados, nem sequer vou por aí. Caro deputado Domingos Coelho, é tão simples quanto isto, eu faço a Via do Infante lés-a-lés por questões profissionais e eu sou-lhe sincera, eu tenho receio. O carro não mantém a trajetória, se eu o faço diariamente, eu imagino os demais que fazem, por isso, quem não sente não é filho de boa gente, e nessa senda, decidi trazê-lo agora. Poder-me-á dizer porque é que não trouxe antigamente? Olhe, antigamente também era utilizadora da Via do Infante quando ia para a faculdade, mas não estava no estado em que está, agora está por isso o motivo de ter trazido agora.” -----

Luna Silva: “Sobre a moção pela requalificação da Via do Infante A22, o partido Chega não tem nada a apontar, concorda, de facto, a proposta apresentada, no entanto, não pode deixar de fazer um reparo, no primeiro parágrafo que refere que os eleitos do PSD/CDS na Assembleia Municipal de Albufeira não pretendem relançar debates que no passado se provocaram acesos, nem voltar a entrar na política de apontar dedos entre forças vivas e políticas do concelho. Ora, se falamos aqui no plural e se o partido Chega é uma força política deste concelho, devo-me pronunciar relativamente a este parágrafo e referir o seguinte: o partido Chega não se revê nem se identifica com o dito neste parágrafo, nunca a eleita pelo partido Chega, realçou debates acesos, nem



nunca apontou dedos às forças políticas do concelho. A eleita pelo partido Chega exerce de forma cabal as suas funções corretamente e com urbanidade. Obrigada." ---  
Adriano Ferrão: "Eu só queria aqui realçar que isto não devia ser um ponto de suscetibilidades partidários ou políticos, isto no fim de contas estamos aqui a falar de um bem que é aquela Via que está ali consiste para o Algarve, porque, infelizmente, a EN125 é o que é, é uma rua, é uma avenida, chamem-lhe o quiserem, mas hoje já não perfaz o serviço que devia fazer, transversal ao Algarve e realmente a A22 é aquela que rapidamente nos coloca nos destinos e que deveria estar, enfim, com o máximo de segurança possível para os utentes. Eu lembro-me aqui há muitos anos, estou ali a ver um dos vereadores que esta casa tem e que estivemos, com o Senhor Presidente, tivemos na Via do Infante, precisamente contra as portagens, pessoas de várias forças políticas se reuniram nesse propósito, era também uma vantagem para os algarvios, por que são utilizadores daquela via e não tinham maneira nenhuma de se escapar àquela portagem, porque a N125 é o que é, volto a dizer e, por isso, agora devia ser um propósito comum, não só desta casa, mas todas as casas como estas pelo Algarve fora e todos nós devíamos remar no sentido de realmente requalificar aquela via, que foi paga pelos dinheiros da Europa e que nem sequer devia ter portagem, pelo menos até à Guia, porque só depois é que ela foi construída com os dinheiros portugueses, da Guia para Oeste. De modo que é um apelo que faço, é que nós nos unamos neste propósito, e que requeiramos que aquela via honre o nosso Algarve e que o Algarve tenha um serviço decente rodoviário." -----

Presidente da Assembleia: "Queria só fazer aqui uma referência relativamente à moção, ela dirige-se ao Governo, mas deveria dirigir-se à IP, às Infraestruturas de Portugal, que é a entidade fiscalizadora e é a entidade que tem capacidade não só para fiscalizar como também para poder fazer as reparações, caso a concessionária não o faça. O contrato de concessão tem uma adenda sobre a manutenção e as reparações a efetuar e a concessionária é obrigada a fazê-lo, e caso não o faça, havendo dinheiro na garantia bancária que é atribuída aquando da elaboração do contrato, a Infraestruturas de Portugal pode fazer as obras, pode fazer as reparações e depois debitar à concessionária. Nesse sentido acho que estamos todos de acordo e é uma questão de dirigir à IP a referida moção, porém seria conveniente identificar quais as zonas que estão neste momento em mau estado, fazer referência a esse facto, para que a IP possa atuar e proceder em conformidade." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a Moção apresentada pelo PSD/CDS a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Teresa Neto, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Lucília Lisboa, Luna Silva, Paolo Funassi, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A Moção foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao senhor deputado Paolo Funassi, sobre a associação que referenciou, é só a associação fazer uma comunicação e um pedido para a Câmara, depois será analisado e será refletido esse apoio a dar, mas quero lembrar que nós também já temos estruturas, temos um canil, temos estruturas para receber animais, mas tem que se ver, tem que se refletir sobre isso. A senhora deputada Margarida Guilherme falou na questão de uma passadeira em Santa Eulália, vou mandar ver como é que isso está, aliás o senhor Engenheiro Batalha está aqui, o Diretor de Departamento dessa área, com certeza que terá já apontou estas questões para depois analisar em sede técnica. A deputada Carla Madeira falou na mesma situação, da questão do terreno de propriedade privada de Santa Eulália, portanto, já respondi de alguma forma e que certamente vou mandar ver o que é que se passa com aquilo e agir, tal e qual, como já fizemos, como digo há três anos. Vários deputados falaram iluminação de Natal, é mesmo o termo que alguém aqui falou, é uma iluminação minimalista, mas o objetivo não era para ser tão minimalista como tudo isso. Houve aqui alguns problemas relacionados com os tempos da parte administrativa, isto já veio duas vezes à Assembleia, enfim, isto foi o ano que se começou o primeiro procedimento, começou no dia dez de abril e havia tempo de sobra para resolver a situação até à



altura própria. Não houve tempo para isso, enfim, ainda vou tentar, fiz uma reunião na semana passada, tentar recuperar mais alguma coisa, colocar mais alguns enfeites para ver se se consegue ultrapassar isso, na certeza, porém, que este ano foi feito por três anos, precisamente para evitar de andar todos os anos a fazer um concurso. Concurso do ano que vem, daqui a dois anos já está feito, é só depois começar a implantação dos motivos de iluminação. Relativamente o senhor deputado Raúl Ferreira, acerca do estado do PDM, o PDM, preocupa-me e não é uma questão política, não é uma questão de incompetência, nada disso, para isso também tinha de ser, aqui vou comparar, embora normalmente não gosto de fazer isso, mas vou comparar. Nós temos no Algarve dezasseis municípios, só três é que têm o PDM aprovado, portanto, dos outros todos nenhum tem. E alguns estão ainda bem mais atrasados que nós, mas isso com o estado dos outros posso eu bem, ou podemos nós bem, mas garanto-lhe que não é, nem incompetência, nem uma questão política, é uma questão que casualmente acontece isto, no entanto, ainda hoje houve uma reunião da equipa técnica com os técnicos do município, para fazer a Carta de Ordenamento, e os limites urbanos, está-se a discutir essa parte para depois ser apresentado então o documento já com alguma finalidade, portanto, evidentemente que o PDM é a solução ou pode ser a solução para algumas coisas, nomeadamente terrenos para habitação, porque não há. A câmara não tem, mas não é só para habitação, para equipamentos sociais, sejam escolas, Jardim de infância, creches, lares de terceira idade, enfim, quartel da polícia Municipal, por acaso até há terreno para isso, mas outros equipamentos que pode acontecer, que não haja terreno. Nós temos necessidade e falta de parques empresariais, que temos muito pouco, e é um concelho que está situado estrategicamente para ter esses parques e podem ser vários, em vez de serem uns muito grandes, podem ser relativamente pequenos, mas temáticos com atividades completamente diferentes, isso é uma questão que tem de se ver, isso faz mesmo muita falta. Relativamente à questão da Carta Municipal de Habitação, é um documento que não se mostrava obrigatório, aliás, apareceu agora nesta alteração do regime jurídico do alojamento local, uma referência à a Carta Municipal de Habitação, mas a Carta Municipal de Habitação, está-se a iniciar o procedimento para a sua execução. A Estratégia Municipal de Habitação é outra coisa, essa já foi feita há muitos anos, há bastantes anos e já tem efeitos práticos, portanto, isso é outra coisa, essa está. Agora a Carta Municipal de Habitação é mais abrangente, enquanto a outra só versa sobre a habitações social,



habitação a custos controlados, habitação de primeiro de direito, todos esses termos, a Carta Municipal de Habitação tem de ter outros tratamentos, muito mais ampla, mas está a ser feita. A questão da cultura, fazemos muita coisa, aliás, temos o senhor deputado André Lima, normalmente não aparece nos eventos que se organizam na Câmara, mas eu convido-o a ler as agendas mensais, porque tem aqui muita coisa para se entreter ao serão, e depois ir a uma ou outra, que era interessante acontecer, porque se viesse também sabia já que os bilhetes já podem ser comprados on-line, através da plataforma BOL. Já há algum tempo, não foi agora o último espetáculo do José Praia e Aqua Viva, porque era grátis, portanto não era preciso bilhete, era só para lhe informar essa parte. A deputada Carla Vieira falou no ruído, que é recorrente, portanto, já houve variadíssimas ações inclusivamente acabei aqui de dar um exemplo há bocado, do Forest, é só estar atenta às atas da reunião de Câmara, que muitas delas vão lá por proposta do senhor vice-presidente para ser antecipada a hora de encerramento. Neste caso não, neste caso é um bocadinho mais grave. Relativamente ao Domingos Coelho sobre a recolha dos bio-resíduos, quando se diz bio resíduos é a recolha seletiva, o próprio termos já indica que é seletivo, já está previsto e vai se fazer já este mês até ao fim deste, escolhemos uma zona para fazer uma ação piloto e que vai ser na área da restauração na Guia. O deputado Domingos Coelho também falou na questão, quando discutiram a moção sobre a Via do Infante, sobre a estrada de Albufeira Vale de Parra, acho que uma coisa não tem a ver com outra, ou nada, eu sinceramente não vejo comparação nenhuma. A estrada de Vale de Parra Albufeira nem portagens tem, a outra tem, e é uma estrada que não tem quatro faixas, só tem duas, e que por acaso, vai ser repavimentada no princípio de dois mil e vinte e quatro. Já era para ter sido agora no final do ano, mas não houve capacidade temporal em termos administrativos, se houver concorrentes. E já agora, prevejo que a das Sesmarias, está em melhor estado que esta, prevejo que seja no final do ano." -----

Mónica Coimbra: "Senhor Presidente, acho que não respondeu às minhas perguntas, principalmente à pergunta do concurso das assistentes operacionais. Gostaria mesmo de saber para quando, se vai ser no início do segundo período ou se vai ser só no terceiro?" -----

André Lima: "Se já existe bilheteira online, fico muito agradecido, boa parte dos meus objetivos nesta Assembleia já vão estando cumpridos, de qualquer das maneiras no site da Câmara na publicação que lá fizeram em relação o espetáculo do Fernando Mendes e



o grupo Aqua Viva não referia bilheteira online, referia que podiam ser comprados na Galeria e no dia do espetáculo até às sete e meia ou a partir das sete e meia. Não estava lá essa referência, por acaso não fui a esse, tenho ido a outros, se calhar, aos que o Senhor Presidente não vai. De qualquer das maneiras, no momento, antes de falar sobre isto, falou que havia uma estratégia, estratégia municipal para habitação, é isso que eu gostava de tivéssemos para a cultura.” -----

Presidente da câmara: “Já respondo à deputada Mónica Coimbra, uma vez que o deputado André Lima, a Estratégia Municipal de Habitação eu aconselho-o a consultar, já está feita há muitos anos, aliás, só se pode candidatar ao Prr desde que esteja inserido na Estratégia Municipal da Habitação, portanto, não foi a esta Assembleia, foi noutra mandato. Relativamente à questão dos operacionais, a senhora vereadora Cláudia acho que já respondeu à bocado, que a lista dos cinquenta operacionais estava para sair, evidentemente que isto vai ser no mais curto espaço de tempo, com certeza que será antes do segundo período, eu não vou dizer o dia, nem posso, nem consigo dizer exatamente o dia, taxativamente o dia em que as pessoas vão para a escola, com certeza que não é por mim, nem pela vereadora do pelouro, que isto fica parado e a qualquer momento não há gente nas escolas, isso é garantido, isso pode ser garantido. É o mais rápido possível.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Primeiro-Secretário para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Paolo Funassi: “Queria parabenizar a Câmara Municipal pelo continuo apoio dado às associações do concelho, como católico praticante, também às nossas paróquias. Queria ressaltar os apoios dados, por exemplo, a instituição CASA, dos sem-abrigos, problema que tem vindo a aumentar em Portugal e em Albufeira, porque as políticas da



conta certa, são importantes, mas não podem ser à custa do povo, com o resultado do aumento do desemprego, degradação das condições sociais e dos serviços do país. Muito importante também as celebrações de contrato-programa de desenvolvimento desportivos, Albufeira, a capital do desporto, a cidade do desporto, não há dúvida, esperamos alargar mais modalidades, como de petanca como pedi na Assembleia passada, e para a qual a comunidade sueca, e holandesa tem vindo a agradecer a disponibilidade por parte da Câmara Municipal. E já que trabalhamos também junto das comunidades indianas, do Paquistão e do Bangladesh, é já quase dez por cento da população Albufeirense, no futuro iremos sugerir o estudo de um possível campo de cricket para todos esses jovens que dinamizam a vida do concelho, sobretudo no Inverno. Sobre as contas, notei que o grau de execução ainda não é o desejável, esperemos que em dois mil e vinte e quatro melhore, sobre as contas do município, como digo, sempre estão fortes e sólidas, de destacar que as receitas próprias do município assumem um peso significativo no valor da receita total e a receita corrente, os impostos locais dos mais baixos do país, correspondem a trinta e cinco por cento da receita total e a sessenta por cento da receita corrente. Portanto, há uma margem de manobra se algum dia for preciso. Temos ali, como digo sempre, uma possível bazuca para usar quando houver necessidade. Por último, sublinhar que a empresa Algar tem tido um excelente resultado líquido, pois então que use essa liquidez para oferecer o melhor serviço, Albufeira merece um melhor serviço e não que caia no colo da câmara e da sociedade e os problemas causados por um serviço não tão bom.” -----

Carla Vieira: “Senhor Presidente, relativamente ao primeiro ponto, temos dois pedidos de esclarecimento, retomando mais uma vez, o tema da iluminação de Natal, verificámos para nossa surpresa, que a empresa que no ano passado nos prestou um péssimo serviço de iluminação e não cumpriu com o contratualizado, este ano foi o mesmo serviço adjudicada à mesma empresa, Ilmex, iluminação Portugal unipessoal, limitada, em regime de aluguer, mas pelo período de três anos, que já foi mencionado pelo Senhor Presidente. Como é que é possível que, no ano passado tenha havido incumprimento da empresa mencionada e este ano voltamos a aceitar a mesma proposta? Ou seja, da mesma empresa por um período diferente, mas para prestar o mesmo serviço. Ao verificarmos os valores do ano passado e o correspondente a este ano, verificamos que existe apenas uma diferença de cinco mil euros que, sinceramente, volto a referir, está a prestar um serviço muito pior e muito aquém das



expectativas dos albufeirenses. E chegados aqui, perguntamos por acaso, já fomos indemnizados pelas falhas do serviço do ano passado? Segunda questão, na parte da informação financeira prestada, nestes quatros podemos verificar que execução do orçamento no que concerne às despesas de capital é de dezanove virgula noventa e três por cento, e que a execução do PPI a trinta e um do dez de dois mil e vinte e três é de apenas dezoito virgula oitenta e um por cento, ou seja, não chega a um quinto do previsto e planeado. Temos ainda de referir as baixas execuções em áreas fundamentais, que todos nós temos vindo aqui a falar, com uma educação como uma execução de doze virgula sessenta e quatro por cento, de saúde com uma execução de zero virgula sessenta e dois por cento, ação social com quatro virgula setenta por cento e habitação com uma execução de dezoito virgula onze por cento. No que concerne à execução da receita, constatamos que a execução e recebimento de fundos públicos, a taxa de execução é apenas de vinte e um virgula trinta e quatro por cento, no orçamento estava previsto um recebimento da rubrica de transferência de capital de três milhões quinhentos e vinte e oito mil duzentos e vinte e quatro mil euros, mas a trinta e um de outubro de dois mil e vinte e três apenas tinham recebido setecentos e cinquenta e dois mil novecentos e setenta e cinco virgula noventa e oito euros, faltando dois meses para o término do ano, perguntamos, Senhor Presidente, o que se passou mais uma vez?" -----

Domingos Coelho: "Uma das questões que eu tinha a colocar, já a deputada Carla colocou, tem a ver com a baixa execução em termos do investimento e despesa de capital, portanto, aí passo à frente, gostava de levantar uma questão que também já tinha levantado na anterior Assembleia que é, nas adjudicações exatamente na anterior Assembleia, não constava o tipo de procedimento, por ajuste direto, consulta previa ou contrato e agora voltou a acontecer, portanto, não sei se hei de interpretar isto como esquecimento, ou uma prática futura, mas penso que a Assembleia tem direito a essa informação." -----

André Lima: "Como é habitual, sempre que este documento vem à Assembleia Municipal, haveria sempre muito que perguntar, muito por onde pegar, algumas coisas já foram ditas, mas, infelizmente não dá, o Presidente da mesa já disse que temos que ir andando, só tenho aqui duas questões, aparecem aqui dois valores diferentes em relação à festa do "Never Ending Summer" um de trinta e sete mil e outro de quarenta e cinco mil euros. A pergunta é se já têm as contas fechadas, e se nos pode dizer qual



foi o valor final despendido pela câmara nesta festa. Depois há aqui um pagamento, como o deputado Domingos disse, não percebo se é um ajuste direto, se é um contrato, mas há aqui um pagamento para comprar poltronas para o camarote presidencial do Estádio Municipal no valor de dezoito mil euros. A pergunta é quantas poltronas foram?" -----

Helena Simões: "Eu começava por questionar o documento que nos foi facultado relativamente ao ano passado, datava até trinta de novembro, este vai só até trinta e um de outubro, se a baixa execução face ao ano anterior, se poderá dever apenas a este mês diferencial? Uma vez que, no ano passado, o documento foi apresentado com data até trinta de novembro e este ano só com data até trinta e um de outubro. Ainda assim, é de ressaltar positivamente a receita total, percentualmente onde se cifra, é importante também ter em consideração que, no que concerne impostos locais, SISA, contribuição autárquica face a dois mil e vinte e dois, houve um decréscimo bastante significativo, o que quer dizer ainda que com perda de receita, o município está a conseguir fazer o que lhe compete. Depois, também houve em despesas de funcionamento, um decréscimo face a dois mil e vinte e dois, despesas de aquisição de bens e serviços idem aspas. Depois, no que concerne receitas próprias cento e sessenta e oito ponto oitenta e cinco, estamos com um excelente rácio. Importa também referir que acabamos ainda que com um diferencial de um mês, se olharmos para o mapa do ano passado com dívidas de valor inferior a dois mil e vinte e dois para com fornecedores." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao Paolo Funassi, quero dizer que a Algar evidentemente tem alguma razão e nós próprios em reunião da AMAL com os administradores já fizemos intervenções muito duras relativamente à questão do empenhamento e dedicação e eficácia dos serviços da Algar na recolha seletiva que fazem, das fileiras do vidro, papel e embalagens e, principalmente, no verão. Daí que já fiz uma reunião com a administração da Algar e estamos a preparar um documento para que possa vir a ser a Câmara a recolher para o próximo verão, em maio aliás, penso que em maio estamos em condições de começar. Evidentemente que a Algar terá de nos pagar o trabalho que vamos fazer em vez de serem eles a fazê-lo, portanto, provavelmente temos condições para melhorar essa situação. Relativamente à Carla Vieira, a questão da iluminação pública, lembro que isto não está na contratação pública, quando um prestador de serviços ou o empreiteiro não cumpre num



determinado ano, ele tem que ser castigado por aquele ano e por aquele contrato e não tem efeitos práticos sobre os outros contratos, portanto, o código de contratação pública não adianta disso, assim também poderia ser gostosa-se muito do comércio local e dos empresários locais e podíamos pôr também o fator positivo para dar algum peso, a parte positiva, claro, a um empreiteiro, a um prestador de serviços, que fosse por exemplo do distrito, mas isso não pode ser feito, é uma discriminação, portanto, uma coisa não invalida a outra. Relativamente à questão do tipo de procedimento que deputado Domingos falou, portanto, é uma questão com certeza de mecânica dos serviços, fazer isso e passar a fazer isso, isso não é segredo absolutamente nenhum. A questão das poltronas e do "Never Ending Summer", é aquele valor que está estipulado, que está aí escrito, as contas estão fechadas, não há mais dinheiro da Câmara para o "Never Ending Summer", é aquele valor que está aí. Relativamente às poltronas para o Estádio Municipal, é para dar alguma dignidade, até porque recebemos ali a Roma, nomeadamente em estágio profissional, portanto, temos de dar alguma de dignidade ao próprio estádio. Sobre as taxas de execução e sobre as dívidas a fornecedores, nós, Câmara Municipal temos condições em termos financeiros para pagar praticamente tudo a quinze dias, ou um mês, só que as condições logísticas não o permitem, não se consegue fazer isso, o movimento é enorme, a faturação é grande. Quando uma faturação é grande cada papelinho, nem que seja dois euros, nem que seja dois milhões de euros, um e outro dá o mesmo trabalho em termos de papéis, portanto, há imenso trabalho para isso, o objetivo é reduzir cada vez mais os prazos de pagamento aos fornecedores. Sobre as taxas de execução, relembro e faço aqui um pequeno exercício para dizer o seguinte, nós temos aí, neste momento, quatro obras para começar e mais uma que está também quase a começar, e essas obras, três delas já tiveram o visto do Tribunal de Contas, e uma delas não é necessário o visto, porque não atinge os setecentos e cinquenta mil euros. Por exemplo, temos o Lar das Fontainhas, que já temos o visto do Tribunal de Contas, e que já veio em novembro, e que o empreiteiro podia até ter começado se o visto tivesse vindo antes, com mais celeridade, se calhar podia ter começado muito antes e aí já havia execução para este ano, o que é que acontece, isto só veio no final de novembro e começar uma obra em dezembro, e como os trabalhadores são quase todos do norte, deu férias aos trabalhadores e agora a obra começa-se a janeiro, o que é que isso significa? Significa que a execução desta rubrica em vez de ter saído alguma coisa em dois mil e vinte e três, passa toda para



dois mil e vinte e quatro, e por aí adiante, portanto, daí às vezes são estes pormenores. E esta obra são seis milhões de euros, aliás, depois temos a estrada do Paraíso, está na mesma situação desta. Também à volta de um milhão e duzentos mil euros, também irá começar em janeiro, já tem o visto do Tribunal de Contas. Temos ali a Rua de Santo António, o empreiteiro já por lá anda a preparar o terreno para começar com mais força, também é um milhão e qualquer coisa, se tivesse começado antes já havia execução, temos uma rotunda na Guia, aí não depende do Tribunal de Contas, mas o empreiteiro já está por lá a trabalhar, já está a preparar os terrenos para que isso aconteça, essa à volta dos trezentos e cinquenta mil euros. Temos a Unidade de Cuidados Continuados da Guia, são à volta de seis milhões de euros, e que o visto do Tribunal de Contas deve estar por aí a chegar, tem demorado algum tempo, já fizeram duas baterias de perguntas, portanto, esperemos que agora à terceira seja de vez. Portanto, tudo isto, eram obras que se não tivessem ficado com os concursos desertos, quer o Lar das Fontainhas, quer a Estrada do Paraíso, quer a Unidade de Cuidados Continuados, se não tivessem ficado com os concursos desertos, este ano de dois mil e vinte e três, tinha sido no pleno de obra naqueles sítios, já havia uma execução muito superior, portanto, a ver que a execução às vezes depende apenas de aspetos meramente administrativos, portanto, isto para dizer que em pouco tempo vamos iniciar obras com quinze milhões de euros." -----

Carla Vieira: "Eu sei que a Assembleia já vai longa, mas eu penso que o Senhor Presidente não percebeu muito bem a minha questão. Nós verificamos que a empresa é a mesma do ano passado e deste ano e a minha última questão era, o ano passado prestou-nos um mau serviço e recorde-me que foi objeto de muita discussão, de discussão acesa, entre as várias forças sobre o mau serviço que estava a ser prestado e salvo erro, não foi paga a última tranche, e que ia ser solicitado uma indemnização pelo mau serviço, ou pelo incumprimento do período e do conteúdo, digamos assim, das iluminações de Natal. E não foi isso que o Senhor Presidente disse, portanto, não temos nada contra a empresa, a única coisa que temos contra é que se prestou um mau serviço ano passado e que, naturalmente, gostaríamos que fosse outra a prestar um bom serviço, e sendo a mesma, se recebemos alguma indemnização se não? Mas no ano passado consta nas atas, senhor Presidente, portanto está documentado essas questões, essas respostas? Muito obrigado." -----



Presidente da Câmara: "Eu penso que a empresa nem é a mesma, a empresa que não cumpriu era uma outra empresa completamente diferente, salvo erro, com o nome Blanchard, o Engenheiro Batalha, para a próxima Assembleia traga no nome, e nessa empresa aconteceu duas situações e foi realmente reposta a legalidade. Houve uma parte que eles não executaram, e que não se pagou, houve uma parte que eles pagaram como coima à Câmara, portanto, isso ficou tudo liquidado. Essa empresa que não cumpriu foram duas parcelas, que não cumpriram salvo erro, havia um número que era noventa e sete mil euros que agora já não me recordo, mas para a próxima Assembleia trago o relatório disso tudo para explicar à senhora deputada e a quem quiser ouvir essa explicação, para dizer o que é que se passou, porque isso foi tudo regularizado." -- Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte. -----

#### PONTO DOIS

Apreciação e deliberação das atas de 04-09-2023, 25-09-2023 e 30-10-2023; -----  
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----  
Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou as atas a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----  
A votação da ata de **04-09-2023** mereceu o resultado de: -----  
Votos contra: zero (00) -----  
Abstenções: zero (00) -----  
Votos a favor: vinte (20) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Luna Silva, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

**A ata foi aprovada por maioria dos presentes na referida sessão.** -----  
Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Cláudia Raimundo, Teresa Neto, Lucília Lisboa e Paolo Funassi, pelo que não votaram. -----

A votação da ata de **25-09-2023** mereceu o resultado de: -----  
Votos contra: zero (00) -----  
Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e um (21) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Luna Silva, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

**A ata foi aprovada por maioria dos presentes na referida sessão.** -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Teresa Neto, Lucília Lisboa e Paolo Funassi, pelo que não votaram. -----

A votação da ata de **30-10-2023** mereceu o resultado de: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Teresa Neto, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Paolo Funassi, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

**A ata foi aprovada por maioria dos presentes na referida sessão.** -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Inês Mendonça, Helena Simões, Cláudia Raimundo e Lucília Lisboa, pelo que não votaram. -----

### **PONTO TRÊS**

Tomada de conhecimento dos Apoios concedidos às Juntas de Freguesia; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

### **PONTO QUATRO**

Tomada de conhecimento da Correção material à Planta de Zonamento do Plano de Urbanização da Frente Mar da cidade de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

## PONTO CINCO

Tomada de conhecimento da atualização da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira para o ano de 2024; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Colocar uma questão ao Senhor Presidente, se o executivo já equacionou a possibilidade de isentar taxas de construção para habitação, tendo em conta a saúde financeira da autarquia, penso que seria um contributo para resolver o problema da habitação, isentando as taxas, exatamente da construção direcionada para habitação." -----

Presidente da Câmara: "Eu acolho essa sugestão para refletir e pensar sobre ela, é possível poder fazer isso, para vir aqui à Assembleia Municipal essa isenção. Vamos ver o impacto que isso pode ter, e até que justiça pode ter, porque é preciso algum cuidado com construção para habitação, depende, se for uma pessoa para habitação própria, se está isento, não, para já não podia transaciona-la no prazo de quinze anos ou vinte anos, porque estava a receber um subsídio, isso tem que se ter algum cuidado, e, por outro lado, também um empreiteiro que construa por exemplo, vários apartamentos, vinte ou trinta frações para habitação, também está a construir para habitação e não vamos agora isentar, senão daqui a pouco tínhamos que isentar quase todos, é preciso algum cuidado, mas pronto, fica a sugestão." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

## PONTO SEIS

Tomada de conhecimento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, Código de Conduta e Programa de Formação Interna; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "De acordo com as informações entregues, a Câmara concluiu que o seu primeiro plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas já se encontrava desatualizada e desajustada da realidade da Câmara Municipal de Albufeira e que havia uma necessidade de melhorar os seus mecanismos e procedimentos de controlo, alargando a todas as unidades, divisões e serviços e a



minha questão cinge-se naquilo que acabei de reportar, se o decreto-lei é datado de nove de dezembro de dois mil e vinte e um, porque é que só em dois mil e vinte e três é que esta Câmara Municipal decidiu alargar estas medidas a todas as divisões da Câmara? E porque é que só em dois mil e vinte e três é que a Câmara Municipal entendeu que devia de atualizar o plano de prevenção de riscos de corrupção, porque não se encontra à realidade da Câmara Municipal atual. Obrigada.” -----

Domingos Coelho: “A minha questão é a seguinte, quem faz a avaliação a estes procedimentos? E depois, se essa avaliação é divulgada?” -----

Presidente da Câmara: “Relativamente a este ponto, é apenas e só, a tomada de conhecimento, e decorre da lei, dizer-lhe que, a questão demorar um ano e tal ou à volta disso, não é extremamente grave, até porque os serviços só agora é que conseguiram durante este tempo, isto não é uma coisa tão rápida e não é uma coisa que seja de todo imperioso, podia ter sido mais cedo, claro, se calhar uns meses, mas também não é assim tão grave como tudo isso. Relativamente à questão que o deputado Domingos Coelho coloca, terá de se cumprir aquilo que o decreto-lei aponta e que a lei estipula e que o próprio plano diz, portanto, a partir daí, se é dado conhecimento, se é feita a aferição ou a avaliação de tudo aquilo, terá que ser feita dessa forma.” -----  
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

### PONTO SETE

Apreciação e deliberação da proposta de Alteração/Retificação ao Regimento da Assembleia Municipal de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Simões: “Em resultado do Grupo de Trabalho que foi criado, constituído e que reuniu para o efeito, o PSD à data, reservou-se ao direito de apresentar uma proposta em alternativa para o plenário na presente Assembleia e assim o fará e falo-a com base no parecer da Associação Nacional de Assembleias Municipais, emanada a vinte de fevereiro de dois mil e vinte e três e do qual a presente Assembleia Municipal tomou apenas conhecimento a vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e três, no qual importa extrair as seguintes referências, contando que permitam uma intervenção clara e eficiente e salvaguarda o direito de participação dos membros da Assembleia



Municipal. Outra referência, a distribuição do tempo pelos membros da Assembleia Municipal deve ser equitativa, lembrando-se que os deputados independentes não devem perder ou serem prejudicados no exercício dos seus direitos, só por exercerem o seu mandato nessa qualidade. O regime que vigora presentemente em termos de tempo, traduz-se da seguinte forma, eu vou poupar, não vou ler todos, vou só ler o maior e o inferior, a título de exemplo, PS tem oito eleitos, tem o tempo atual de doze minutos, o que dá em média por cada eleito um minuto e meio. O chega tem um eleito, tem de tempo atual cinco minutos, o que dá em média cinco minutos por cada eleito, o valor total dos minutos despendidos aqui são quarenta e sete. Em sede de reunião da Comissão de Trabalho de alteração do Regimento reunida o PSD/CDS não aprovou a proposta de aumento de um minuto para um minuto e meio, reservando-se à liberalidade, nos termos do número sete do artigo dezanove do Regimento, elaborar uma proposta em alternativa, o que passará a concretizar. O PSD/CDS entende que o acréscimo de trinta segundos a cada um dos independentes não acautela democraticidade do órgão e a dos seus elementos constitutivos. O PSD/CDS entende que o acréscimo de trinta segundos a cada um dos dois independentes continua a não lhes permitir intervenções claras e eficientes, bem como não salvaguarda os direitos dos mesmos enquanto eleitos locais à intervenção. Entende assim o PSD/CDS que a distribuição mais equitativa para que os deputados independentes não sejam prejudicados no exercício dos seus direitos e, como tal, não defraudem os seus eleitores deverá a digníssima Assembleia Municipal reunida em plenário, aprovar o acréscimo atual, um minuto de intervenção para um total de dois minutos de intervenção por cada independente. A democracia depende da tolerância e da bondade das normas emanadas, motivo pelo qual o Grupo Municipal do PSD/CDS propõe que a Assembleia Municipal de Albufeira, reunida no dia onze de Dezembro, delibere e aprove a seguinte alteração ao Regimento em alternativa, nos termos do número sete do artigo dezanove, artigo vinte e três número um mantém-se igual, número dois mantém-se igual, alínea A mantém-se igual, alínea B mantém-se igual, C igual D e E igual. Os deputados não inscritos dois minutos cada. Albufeira, onze de dezembro de dois mil e vinte e três, eleitos do PSD na Assembleia Municipal de Albufeira." Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

Paolo Funassi: "Apoio a moção, assim aprovo a moção da deputada Helena Palhota, para não prejudicar o deputado Leonardo, só lamento que tivemos todo o ano, digamos

assim, com o drama de um minuto, minuto e meio, acho que não faz mal nenhum se fazer dois minutos. As palavras não deveriam nos assustar." -----

Raul Ferreira: "A minha intervenção não é no sentido de vir discutir aqui se é mais trinta segundos, menos trinta segundos, era só que fosse corrigido o quadro que foi efetuado na moção, uma vez que estamos a falar de minutos e a média por cada não é um minuto virgula cinco, é um minuto e trinta segundos, a bem do rigor, pedia só que fizessem a correção por favor." -----

Helena Simões: "Peço desculpa deputado Raúl, eu realmente referi um minuto e meio, não referi um minuto e trinta segundos, e realmente, o apanhado que está aí é minuto e cinquenta, mas não é um minuto e trinta." -----

Carla Madeira: "Vou só reforçar o que disse o Paolo, de facto, já andamos nisto há um ano, já éramos para ter resolvido, nós não devíamos ter medo das palavras uns dos outros, não será segundos que vão determinar o que é que quer que seja, mas às vezes são, de facto, estes segundos que nos permitem dizer mais qualquer coisa, e reforçar às vezes leituras de alguma situação e intervenções que tenhamos que fazer. De forma que apoio." -----

Presidente da Assembleia: "Vamos votar então em alternativa, a Proposta A - proposta do grupo de trabalho criado para o efeito e Proposta B - proposta apresentada pelo PSD/CDS. Parece-me que devemos de pôr termo a esta questão porque andamos há uma serie de tempo com este assunto. Só lamento duas situações, uma delas é ad e que se podia ter acabado este ponto na anterior Assembleia. Não foi possível, constituímos o grupo de trabalho por proposta da Deputada Helena Simões, para virmos aqui outra vez, com uma proposta idêntica por parte dos grupos parlamentares. Por outro lado, lamento imenso o facto de o principal interessado não estar presente, isso demonstra também a forma e o respeito que tem para com esta Assembleia, pelo que não queria deixar de referir essa situação." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação em alternativa. -----

**VOTAÇÃO PROPOSTA A:** -----

Votos a favor: treze (13) Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Mendes, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----



### **VOTAÇÃO PROPOSTA B:** -----

Votos a favor: onze (11) Adriano Ferrão, Teresa Neto, Helena Simões, Lucília Lisboa, Paolo Funassi, Luis Afonso, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carla Madeira, bem como a Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.

A proposta A foi aprovada por maioria. -----

### **PONTO OITO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Adesão do Município de Albufeira à ADA - Associação de Direito Administrativo; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

### **VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Teresa Neto, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Lucília Lisboa, Luna Silva, Paolo Funassi, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **PONTO NOVE**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública para Estabelecimentos Comerciais e de Restauração ou Bebidas, nos meses de novembro de 2023 a março de 2024; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Paolo Funassi: "Voto favoravelmente, porque há que tentar ajudar o setor privado também, mas queria também lançar um apelo, querer uma Albufeira aberta o ano todo, este ano, em novembro foi muito melhor do que o ano passado e havia muita gente aí e muitos atores comerciais, privados e decidiram talvez fechar acho que poderiam ter ficado abertos. Eu sei que a margem não é a mesma matéria, mas teria dinamizado mais o concelho. Colocar todos atores em redor de uma mesa e ver se juntos podem realizar



mais projetos, para dinamizar ainda mais o concelho, e que todo o bónus não caia sempre um colo da câmara, que tem de fazer sempre atividades fora da época para tentar dinamizar o concelho, quando os privados também podem ajudar mais. E agora que chegou o inverno, os azedos, ressabiados, anti turismo estão contentes, mas podem ter a certeza que continuaremos a lutar por uma Albufeira cada vez mais turística, internacional o ano todo.” -----

Luna Silva: “Esta isenção aplica-se a todos ou só aqueles que têm o estabelecimento aberto durante este período de tempo?” -----

André Lima: “Tendo em conta que sabemos a resposta à pergunta da deputada Luna, que é a todos, pelo menos que se peça para retirarem, libertarem a rua. Se não vão pagar, pelo menos aqueles avanços que têm ali montados o inverno todo, pelo menos que retirem isso, para nós podermos circular na nossa rua, na nossa cidade.” -----

Presidente da Câmara: “Aquilo tem que ser interpretado daquela forma, e vamos ver o que é que dá, mas acho que não há grandes problemas que isto é uma coisa, um assunto recorrente tem se feito todos os anos.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Teresa Neto, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Lucília Lisboa, Luna Silva, Paolo Funassi, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

**Uma vez chegada a meia-noite a Presidente da Assembleia em exercício colocou a votação a continuação dos trabalhos, que foi aprovado por maioria.** -----

Raul Ferreira: “Senhor Presidente, com o devido respeito que é muito, por todos os presentes, a minha questão é o seguinte, isto vai ser um precedente? Sempre que votação surgir algumas dúvidas quanto à bondade da decisão da primeira votação, vamos fazer uma segunda?” -----



Presidente da Assembleia: "Senhor deputado, muito obrigado pela questão que colocou, o problema é que a votação estava incompleta porque não conseguíamos encontrar cinco votos, existiam cinco votos que não estavam expressos. A Mesa resolveu fazer uma nova votação, mas não será um precedente, nos termos em que coloca, já por várias vezes repetimos votações. Neste caso concreto não era a questão de agradar ou não, era unicamente o facto de não terem sido expressos a totalidade dos votos."-----

### PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Procedimento para aquisição de sistema de videovigilância, pelo valor base de 701.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Paolo Funassi: "Aqui eu desejo que haja sempre mais e mais videovigilância por toda a cidade, quem não deve não teme, e mais videovigilância nestas áreas é necessário como arma de dissuasão e prevenção, não tem nada a ver com a realidade atual de Albufeira, que é uma das cidades mais seguras do mundo, repita do Mundo, se tivermos em conta os milhões que passam pela cidade durante o ano todo. O ideal é também que sejam colocadas em todas as estradas, onde são o ponto de entrada no concelho. Não podemos esquecer as pontes que dão acesso ao concelho de Loulé e Silves."-----

Luna Silva: "Na passada Assembleia Municipal de vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e três, eu perguntei ao Senhor Presidente se tinha havido concorrentes para o concurso do sistema de videovigilância que terminou no passado dia um de setembro, ao que vossa excelência respondeu até que tinha havido mais do que um concorrente e que as propostas já estavam a ser analisadas. Curiosamente, hoje estamos a aprovar nova minuta do concurso de videovigilância, eu pergunto o que se passou no anterior concurso, uma vez que até houve mais do que um concorrente e porque é que está a ser outra vez deliberada a minuta de anúncio do concurso público, se não houve então qualquer avanço relativamente ao concurso anterior?" -----

Presidente da Câmara: "Senhora deputada Luna Silva, o que está aí escrito é única e simplesmente a repartição de encargos, não está aqui a questão da abertura de novo concurso. Isto não é um novo concurso, porque como sabe, quando há repartição de encargos por mais que um ano económico, terá que vir aqui à Assembleia, isto é o caso,



porque há uma repartição de encargos diferente daquela que estava prevista até agora, portanto, acho que a situação está mesmo próxima de chegar ao fim, já está escolhido, já decorreu o prazo de reclamações, só falta fazer isto. Esta repartição de encargos é precisamente para adjudicar essa empreitada, neste caso, é uma empreitada de fornecimento de serviços. Portanto, o que estamos aqui a aprovar não é a abertura do concurso, de maneira nenhuma, aliás, o ponto da ordem de trabalhos é muito claro nesse aspeto, aqui não há dúvidas de redação, nem de interpretação, é a repartição de encargos, apenas." -----

Luna Silva: "Senhor Presidente, eu sei que estamos a votar repartição de encargos, da mesma forma que na passada Assembleia Municipal também deliberámos e votámos a repartição de encargos, mas o que está aqui escrito textualmente é: "solicita-se autorização para proceder à abertura do procedimental", e daí as minhas questões Senhor Presidente. Porque eu sei que, cada vez que nós votamos um concurso, a repartição de encargos já consta, aliás, esta repartição de encargos é exatamente a mesma que no dia um de setembro, a minha questão é simples, se no dia um de setembro havia mais do que um concorrente para este concurso, porque é que estamos a votar de novo este concurso três meses depois, penso eu." -----

Presidente da Câmara: "Evidentemente que pode haver aí alguma questão na redação que não está correta, mas o objetivo é repartição de encargos, absolutamente mais nada." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Teresa Neto, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Lucília Lisboa, Luna Silva, Paolo Funassi, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

## PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura “Requalificação e Ampliação da Escola Secundária”, no âmbito do Aviso n.º ALG-17-2022-09 - Mecanismo Extraordinário de Antecipação - Escolas; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: “Dar os parabéns à Câmara pela requalificação destas três escolas, pelo menos uma delas, diz muito, a muitos dos presentes, e deixava aqui uma sugestão, não só para esta escola, mas para outras onde venha a ser possível ou esteja prevista construção de um edifício novo, que esse edifício tivesse na sua cave um espaço que podíamos chamar para uma cisterna para acumulação de água dos pluviais e que serviria para a rega dos jardins e seria, penso que, um elemento importante do ponto de vista pedagógico para a educação ambiental. Penso que é nestas, pequenas ações que podemos ir mitigando o problema das alterações climáticas e se fizermos a conta ao fim de x anos, não sei quantas cisternas, dá muitos mililitros ou hectolitros.” -----

André Lima: “Eu sou uma dessas pessoas, a quem pelo menos uma das escolas me diz muito, o pedido que eu vinha fazer era que, eu sei que muito provavelmente já o fazem, vão reunir com direções e isso vai sair em coordenação, mas que oiçam as pessoas que estão efetivamente no terreno, as pessoas que trabalham lá no terreno. Eu tenho uma experiência na secundária de Loulé, eu dava aulas lá quando foram as últimas obras, no tempo de Sócrates, em que as pessoas que trabalhavam e fizeram uma data de coisas, no momento em que as obras estavam para começar, em que havia os projetos, as pessoas que estavam no terreno disseram isto vai dar problemas aqui e ali, mas o projeto era feito superiormente por alguém que nunca ouviu ninguém e depois quando se implementou, tudo aquilo, fez-me lembrar um bocadinho aquela conversa do Polis. Lembro-me que era mais novo, e dos pescadores aqui da Albufeira dizerem, que como estavam a construir aquilo, iria inundar tudo, de cada vez que chovesse, e os senhores engenheiros diziam que não. E depois efetivamente, quando acabaram as obras, cada vez que choveu durante muitos anos, aquilo inunda. É para não acontecer o mesmo às nossas escolas aqui de Albufeira, por favor, ouçam as pessoas que estão lá efetivamente a trabalhar.” -----



Presidente da Câmara: "Acho que a proposta ou sugestão dada pelo deputado Domingos Coelho vem recordar uma coisa que alguns nós sabemos, e tivemos esse conhecimento ou essa experiência, e o uso, que em todas as escolas do primeiro ciclo, dos planos centenários tinham uma cisterna, algumas ainda têm as cisternas. Até que há uns anos houve um empreiteiro ou uns técnicos da câmara que queriam enterrar a cisterna, eu é que não deixei, nem a cisterna nem a lareira, são duas coisas que tinham antigamente e era com paredes muito mais climatizadas do que agora são. Isso é uma ideia, acho que sim, acho que é de aproveitar. Relativamente à questão do deputado André Lima, falando na Escola Secundária de Loulé, eu estive naquele conselho diretivo dois anos, há muitos anos, antes desta abrir, isto é um exemplo daquilo que acabou de dizer, era uma escola que tinha junto à porta da sala de aula, um rebordozinho para pôr os skis, e por exemplo o gabinete do conselho diretivo não abria janelas, era tudo fechado, porque era uma escola cujo projeto foi oferecido ou pela Dinamarca ou pela Suécia, portanto, e ninguém o adaptou à realidade local, eu estive em Loulé em mil novecentos e oitenta e dois, oitenta e três, por aí assim. Quando foi agora esta remodelação a última, lembro que quem fez a remodelação, a obra era o Parque Escolar da Escola Secundária de Loulé, que era também para ser intervencionada esta secundária de Albufeira, mas depois o Parque Escolar deu aqueles problemas todos, acabou e esta ficou parada. Estamos agora, sendo a Câmara Municipal que recebeu as competências e a Câmara Municipal é que está a fazer o projeto, ainda hoje salvo erro, adjudiquei a realização do projeto. Mas nós para fazer o projeto, nós ouvimos, e a senhora Vereadora da Educação e os técnicos da Câmara, quer da parte da educação quer da parte da construção e eu próprio também ainda estive em algumas conversas essas, pelo menos em duas, ouvimos a direção daquele argumento, do agrupamento de Ferreiras, e do agrupamento de Albufeira, por via da Francisco Cabrita. Portanto, está tudo em consonância com os atores que estão na escola e que usam a escola, portanto, não tem o perigo de acontecer como com o parque escolar. O parque escolar era de fora, não havia voz ativa para ninguém dizer nada. Portanto, daí não há esse perigo, nem houve, tanto que não foi só auscultado, foi também trabalhar a proposta, e a proposta depois dá origem à questão da feitura do projeto e por aí fora." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Adriano Ferrão. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Teresa Neto, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Lucília Lisboa, Luna Silva, Paolo Funassi, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

### **PONTO DOZE**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura "Requalificação e Ampliação da Escola Básica Integrada de Ferreiras", no âmbito do Aviso n.º ALG-17-2022-09 - Mecanismo Extraordinário de Antecipação - Escolas; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Teresa Neto, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Lucília Lisboa, Luna Silva, Paolo Funassi, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **PONTO TREZE**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura "Requalificação e Ampliação da

Escola Básica Dr. ° Francisco Cabrita” no âmbito do Aviso n.º ALG-17-2022-09 - Mecanismo Extraordinário de Antecipação - Escolas; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Lucília Lisboa. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Teresa Neto, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Luna Silva, Paolo Funassi, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

#### **PONTO CATORZE**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no n.º 1 do artigo 77º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, referente à Aquisição de Serviços de Certificação Legal de Contas do Município; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: “Como é do pleno conhecimento do Senhor Presidente da Câmara, a aquisição de serviços de certificação legal de contas do município foi um tema onde sempre me debati com este executivo e hoje irei fazê-lo de novo, mas sempre de forma fundamentada e assertiva, senão vejamos, nos passados concursos o tempo estabelecido foi sempre de dois anos, no concurso de hoje, o período já trata de ser quatro anos. Nos anteriores concursos, os valores a apresentar eram sempre de dezanove mil euros, mais IVA, hoje e dado o aditamento de mais dois anos, o valor já é de vinte e oito mil e quinhentos euros. No entanto, existem aqui alguns esclarecimentos que devo colocar e aguardo que vossa excelência, Senhor Presidente da Câmara, me responda: primeiro, o valor para cada ano, ou seja, a repartição de



encargos. No ano dois mil e vinte e quatro, para o período de seis meses, o valor é de mil euros, mas, curiosamente, para o ano dois mil e vinte e sete que também são de seis meses, o valor já é de oito mil e quinhentos euros. E isso leva-me à primeira questão, a que se deve esta diferença de sete mil e quinhentos euros? Sendo que o período de tempo é exatamente o mesmo e os trabalhos também. A segunda questão, no concurso do ano dois mil e vinte e três, a repartição de encargos foi pelo período de vinte e quatro meses, ou seja, o ano de dois mil e vinte e três e o ano total de dois mil e vinte e quatro. E a minha pergunta é a seguinte, se já tinha sido contabilizado no concurso anterior, o valor anual para o ano dois mil e vinte e quatro, por que motivo é que este concurso contabiliza seis meses do ano dois mil e vinte e quatro?" -----

Presidente da Câmara: "Na realidade, o que estamos aqui a discutir continua a ser e tão só a repartição de encargos, portanto, os meses de dois mil e vinte e quatro, estende-se porque é o que está neste momento, e vai terminar no mês de junho, ficam seis meses de fora, portanto, quando começa este. Os últimos seis meses do ano dois mil e vinte e sete, isso já é diferente. O Vereador Ricardo, que tem a parte financeira, poderá esclarecer." -----

Vereador Ricardo Clemente: "Boa noite, eu não tenho nada a acrescentar, Senhor Presidente, a questão prendeu-se pelo facto de o concurso ser uma necessidade para este tipo de serviços e nós aqui temos trazido esta proposta para um concurso público. Sobre a questão dos valores, provavelmente terá a ver com uma questão de encerramento de contas, provavelmente não faço ideia, mas julgo que seja isso, a diferença entre um e o outro ano." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: um (01) Luna Silva. -----

Abstenções: três (03) Mónica Coimbra, Carla Vieira e André Lima. -----

Votos a favor: vinte (20) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Teresa Neto, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, Lucília Lisboa, Paolo Funassi, Luis Afonso, Sílvia Dias, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----



O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos quinze e dezasseis e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

### **PONTO QUINZE**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2024-2028; -----

### **PONTO DEZASSEIS**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2024-2028, incluindo Mapa de Pessoal, Plano de Recrutamento e o Quadro Plurianual de Programação Orçamental; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Paolo Funassi: "E assim chegámos a um dos pontos mais relevantes do ano. Acho que este é o maior orçamento da última década. Queria ressaltar para o público em casa que, no orçamento e plano orçamental plurianual de dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e oito, está prevista para o ano dois mil e vinte e quatro a verba de quase cem milhões, conforme já referido, estima-se que transitem do saldo de gerência para o ano de dois mil e vinte e quatro de acerca cinquenta e oito milhões de euros. Porque julgo o melhor orçamento da década, pois temos aqui os pontos muito positivos, como o investimento em ação social, salientando os Lares, Centros de Dia e Unidade de Cuidados Continuados, habitação social, no âmbito da estratégia habitação, em saúde com a ampliação do Centro de Saúde de Albufeira, Unidade de Apoio à Família, dotando-o de novas infraestruturas, estabelecimento de ensino não superior cujas ampliações e melhorias visam acrescer conforto face às condições atualmente existentes. A Rede municipal de estradas, de onde se salienta as várias requalificações, pavimentações a executar. O sector das águas e saneamento com requalificações e beneficiações em diversos equipamentos, e até indústria e energia com aumento de eficiência energética da rede inerente. Sobre as taxas, que alguns criticam, dizendo que são altas, enquanto na realidade são as mais baixas do país. Daqui a pouco, só falta que a autarquia pague às pessoas para virem morar aqui. Temos a taxa de IMI a zero trinta, a taxa de participação variável no IRS zero, taxa de derrama a zero, taxa municipal de direito de passagem também zero. Denote-se que a taxa de derrama tem por propósito a fomentar a implementação de empresas de investimento e desenvolvimento tecnológico no concelho, numa era para atrair start-up, empresas



jovens e inovadoras que se baseiam em tecnologia se afigura como sinal de desenvolvimento local. O futuro é risonho e mais brilhante para Albufeira, pois estão a ser promovidos a construção de novos edifícios para ampliação do centro de Saúde, como disse, e com novas valências de acordo com as tipologias de nova geração de equipamento de saúde, bem como requalificar o existente Centro mediante nova extensão de saúde. Depois uma coisa também importante, a dinamização do projeto Albufeira Startup City com a criação de espaços e marcas voltada para atrair os nómadas digitais, quase todos estrangeiras, os quais utilizam espaço de cowork para trabalharem para todo o mundo a partir do local onde se sintam bem e quem lhes permita terem acesso a atividades diversificadas que contribuam para o seu bem-estar, mediante a criação de formas de aliciar tais trabalhadoras, estimulando desta forma a oferta hoteleira do município e gerando sinergias à sua volta com esperado retomo e desenvolvimento económico qua daí advém. Para terminar, continuidade da implementação de um plano para a recuperação das perdas de água, implementação da estratégia de habitação, é por isto e muito mais que eu voto convictamente a favor deste orçamento, mas não fico só para aqui, também parabenizo a Câmara Municipal, os Vereadores que trabalharam para este orçamento e a todos os funcionários da Câmara que trabalharam neste orçamento, desejo que tenham alta percentagem de execução, Albufeira merece. Albufeira, como digo sempre, está em boas mãos." -----

Carla Vieira: "Realmente estou estupefacta, porque realmente estes documentos são técnicos e são exaustivos, apesar de não ser a minha área de formação, estou estupefacta com a análise do colega, que expôs a sua apresentação anteriormente. Os documentos aqui em discussão abrangem um período de vinte e quatro, vinte e oito, revelam efetivamente as mesmas fragilidades e vícios do anterior vinte e três, vinte e sete, e os anteriores. O que nos dizem verbalmente, não se coaduna com o que está escrito. Continuamos com a mesma estratégia política, ou seja, uma excessiva terciarização de serviços, uma falta de aproveitamento de fundos comunitários, o recurso a suborçamentação em áreas fundamentais, um exemplo prático desta situação é o valor colocado para a despesa, com aquisição de água para distribuição, que é vinte e cinco por cento menor do que efetivamente deveria ser. No documento em apreço referem também que o saldo de gerência que se prevê que transite para o ano dois mil e vinte e quatro é de cerca de cinquenta e oito milhões de euros. Vejamos, o financiamento das grandes opções do plano para dois mil e vinte e quatro, as quais



subdividem em PPI e AMR perfazem um valor total de cento e oitenta e sete milhões, cento e setenta e oito mil, quatrocentos e setenta e cinco euros, estando assegurada a quantia de noventa e nove milhões, trezentos e oito mil seiscentos e noventa e três euros, faltando assegurar oitenta e sete milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, setecentos e oitenta e dois euros referente a financiamento não definido das GOP, o qual corresponde ao saldo de gerência anterior que se prevê que venha a transitar para o ano a seguir, portanto, dois mil e vinte e quatro, bem como à contratação de empréstimos e à verba de fim de fundos comunitários, naturalmente, de candidaturas já submetidas e pendentes e a submeter. Relativamente aos PPI verificamos que, para a saúde estão apenas alocados quatro vírgula oitenta e cinco por cento, para a habitação seis vírgula dezassete por cento, para a educação, escolas no caso em concreto, doze mil vírgula zero por cento. Os dez vírgula dois por cento, destinados à ação social têm uma particularidade distinta, que tem o financiamento todo assegurado, que é uma exceção às áreas anteriores. Por outro lado, constata-se um decréscimo dos custos com o pessoal, do orçamento inicial de dois mil e vinte e três para dois mil e vinte e quatro em cerca de oitocentos e setenta mil euros e para o ano dois mil e vinte e cinco um aumento de cerca de seis milhões de euros, ou seja, cerca de dezoito por cento. A nosso ver, este aumento não faz muito sentido, porque efetivamente, a transferência de competências já ocorreu no presente ano de dois mil e vinte e três, vigora para dois mil e vinte e quatro e em dois mil e vinte e cinco, em princípio, não crescerá assim tanto que justifique o tal aumento dos dezoito por cento. Relativamente à aquisição de bens e serviços, também verificamos um decréscimo de quatrocentos e oitenta e um mil oitocentos e catorze euros, do custo orçamento inicial de vinte e três para vinte e quatro, sendo que de dois mil e vinte e quatro para dois mil e vinte e cinco temos um aumento de nove milhões e trezentos mil euros, o que equivale a uma percentagem de vinte e oito por cento. Gostaria que nos esclarecesse, Senhor Presidente, cabalmente estes valores, e que nos indicasse com rigor, como é que é possível chegar a este aumento para o ano de dois mil e vinte e cinco? Pois temos realmente alguma dificuldade em compreendê-los, o que deduzimos no ano dois mil e vinte e cinco vai ser um ano à grande, será porque é eleições?" -----

Raul Ferreira: "Relativamente à questão do orçamento e deste ponto da ordem de trabalho, o MIPA tem a dizer o seguinte, o orçamento é a ferramenta que o executivo tem de fazer a sua política e, portanto, é a nossa opinião que, tendo o executivo sido



eleito pela maioria dos votantes, têm de ter um instrumento de trabalho que lhe permita realizar efetivamente todo o seu programa e tudo aquilo que se propõe a fazer. Por esse motivo e porque também entendemos que este orçamento contempla áreas de intervenção que consideramos importantes, nomeadamente educação, questões sociais, a habitação, iremos votar a favor do mesmo, claro que eu não venho aqui fazer a defesa do orçamento em nome do PSD, como outros deputados aqui já o fizeram tão bem, não é esse o meu papel, também não tenho os conhecimentos técnicos da minha colega Carla Vieira, gostava de ter andado na mesma faculdade que ela, para falar com tão à vontade do acerca do orçamento, mas sou limitado, quanto a essa questão, portanto, o MIPA pensa que este orçamento, é um orçamento válido e contempla, como eu disse, áreas importantes que nós esperamos e estamos cá para ver também o grau de execução do mesmo, isso aí pode ter a certeza, Senhor Presidente, que vamos fiscalizar e vamos questioná-lo, quanto a essa questão de execução do orçamento. Gostava de aproveitar, para fazer aqui uma intervenção relativamente à questão da cultura e este orçamento tem uma verba para a cultura que eu espero sinceramente, que seja cumprido. Tem-se notado uma preocupação crescente a nível dos eventos culturais, aqui em Albufeira, tenho assistido a bons espetáculos e a boas iniciativas até da biblioteca Municipal. Ainda há pouco houve também um recital de harpa em Paderne, que foi uma coisa mesmo muito boa, de muita qualidade. Eu penso que temos no caminho certo, a Cláudia dizia há pouco, que a cultura dá identidade, efetivamente, a cultura permite estabelecer a nossa identidade, mas a cultura educação tem outro papel também importante, que é afastar o medo. Ainda há poucos meses em conversa com uma grande escritora do Algarve a Lídia Jorge, que escreveu um livro maravilhoso e aconselho a todos e que foi alvo de diversos prémios, ela dizia, a cultura e a educação é o melhor remédio para o medo e a nossa sociedade de atualmente vive de medo, e o medo permite àqueles que têm o poder, muitas vezes não o sabem exercer, conseguirem uma influência negativa em toda a sociedade, portanto, vamos investir na cultura, na educação, de forma a afastar o medo. Obrigado." -----

Helena Simões: "Também não sendo de números e sendo de letras, ainda assim, é perceptível percentualmente que este executivo continua a colocar a tónica e a investir no que mais importa aos munícipes, que é nas funções sociais que a mesma desempenha junto dos munícipes. Num ano tão difícil em que algumas das competências apenas recentemente foram concretizadas e que muito do património que com elas veio está



obsoleto, a precisar de intervenção e a contar com o município para essa mesma intervenção e sendo que, obviamente, como toda a prenda vem sempre envenenada, o pacote financeiro não vem a condizer com as necessidades do património do equipamento à data, ainda assim, o município de Albufeira tem vindo a conseguir concretizar. Eu direi que, este é o meu terceiro mandato e tenho visto crescer sucessivamente mandato após mandato e a Câmara tem conseguido acompanhar as necessidades dos munícipes e um dos exemplos concretos é o aumento do subsídio ao arrendamento que, com todas as dificuldades, têm-se vindo todos os anos aumentar e esta câmara tem vindo a acompanhar para, de alguma forma, conseguir dignificar uma temática que é tão difícil e tão importante nos dias de hoje, que é a questão da habitação condigna. Não basta ter um teto, é preciso que realmente se tenha condigno. A questão do financiamento ou do não financiamento, todos nós sabemos que importa por hora, é a rubrica e a vontade política de fazer, porque o financiamento existirá também a verba a transitar, ainda assim, acho que é importante relembrar a questão social da Câmara e que não têm vindo ao longo destes anos todos a esquecer-se dessa importância que o social tem para os munícipes.” -----

Domingos Coelho: “Já agora permitam-me um à parte, e uma quase citação, eu diria que este orçamento não é “pipi, que não é bem vestidinho e digo também não é betinho”, enfim, penso que também podemos de vez em quando citar alguém ou quase, e passaria a ler a nossa declaração. (Doc. n.º 3 anexo a esta ata) -----

Carla Madeira: “Eu não tenho assim grande coisa a acrescentar, mas não vou deixar fugir a oportunidade de me focar aqui em dois pontos, um é Paderne, naturalmente, e não vou falar aqui do pouco investimento, que eu vejo neste orçamento, vou-me referir àquele investimento que a autarquia já fez em Paderne e que necessita de dar continuidade, ou seja, tomei conhecimento e nos últimos anos, a autarquia adquiriu uma série de terrenos e de imóveis, prédios no centro da aldeia, mas é necessário começarmos a estudar e a fazer projetos para esses investimentos, porque não nos servem de nada, efetivamente termos aquelas aquisições, despendermos desse valor e depois aquilo ficar na gaveta, esse é um ponto. O outro ponto tem a ver, naturalmente, com o centro de bem-estar animal, e tem a ver com as verbas aqui atribuídas, mais uma vez para as esterilizações, vejo que para a alimentação e medicação a verba subiu um bocadinho, não é o suficiente, e eu pedia, se calhar, um bocadinho de atenção. Também pedia o favor de me explicarem se há previsão para a inauguração do canil, uma vez que



os animais, quanto sei e quanto fui ver, estão lá em baixo ainda no antigo centro, no estaleiro, à chuva e já temos o canil pronto, sei que já era para ter sido inaugurado, não foi, só precisava mesmo desse esclarecimento. Obrigada." -----

Adriano Ferrão: "Hoje vou tentar falar de uma maneira mais simples, não entrando na exaustão dos números e das parcelas apresentadas, saber se há orçamentação, se não há, se há desorçamentação. O caso é que já se ouviu aqui falar do meio copo vazio, do copo cheio, depois do vazio de todo. Albufeira não sendo um paraíso, é uma cidade em que se gosta de viver, e isto toda a gente percebe, todos aqueles que cá vivem sabem disso e o facto é que Albufeira continua a atrair população e tal vê-se, precisa de mais no número de jovens, e até no crescimento do número de turmas nas escolas, isso é óbvio e fala por si só como um indicador de crescimento demográfico e o crescimento demográfico é também por si só, o indicador de riqueza. No fim de contas, as pessoas emigram para locais onde têm o sonho de vir a viver melhor, de ganhar um pouco mais de dinheiro, ter um bocadinho mais de posses, ter um bocadinho mais de qualidade de vida material e, enfim, é isso que vai fazendo com que a Albufeira vá crescendo num país que está a perder população, nós não nos podemos esquecer que Portugal está a ver a sua população a diminuir. Depois, Albufeira oferece no fim de contas as condições que muitos dos outros municípios não oferecem e é por isso também que as pessoas aqui se querem instalar, é também por isso que também temos problemas de crescimento, temos problemas de crescimento que são visíveis depois na falta de habitação, nós sabemos disso, mas isto é um mal um pouco geral, mas claro que também é agudo em Albufeira, mas que nós com este orçamento estamos a ver que o nosso executivo se debruça sobre os problemas essenciais, que são os problemas sociais. No fim de contas, procura colmatar as lacunas sociais, a habitação, o caso da educação que já foi aqui falado e ainda bem que foi exaltado aqui pelo nosso membro do PS, e mesmo da saúde, porque nós também sabemos que não temos um centro de saúde que sirva as condições e aquilo que a Albufeira necessita e, por isso, também ele vai ser alvo de uma ação deste executivo. Depois, longe vão os tempos no fim de contas em que se governava este concelho exclusivamente para o alcatrão e para o betão, enfim, ao serviço de visitante. Hoje, Albufeira pensa cada vez mais também nos residentes. Há que conciliar, há que arranjar aqui um equilíbrio entre o serviço ao nosso visitante, continuando a trair esse visitante, porque é ele que também traz riqueza financeira e económica ao município, mas tem de se dar qualidade de vida àqueles que cá estão e



quando nós temos uma cidade que dá qualidade de vida àqueles que cá estão e em que se vive melhor, também isso é um fator de apazibilidade turística. O orçamento serve esse propósito e, por isso, está de parabéns o executivo e se o chamaram eleitoralista, não faz mal, desde que todos beneficiamos e vivamos melhor." -----

Luna Silva: "As grandes opções do plano dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e oito e orçamento são, de facto, matérias bastante complexas e extensas, contudo, tratarei de apresentar a minha inscrição de forma bastante resumida. De acordo com o referido neste ponto, o plano plurianual de investimentos e nas atividades mais relevantes perfazem um total de aproximadamente arredondando cento e oitenta e oito milhões de euros, estando assegurada a quantia de noventa e nove milhões, faltando assim por garantir a quantia de quase oitenta e oito milhões referente a financiamentos não definidos nas GOP, o qual corresponde ao saldo de gerência anterior, que se prevê que venha a transitar do ano dois mil e vinte e três, a contratação de empréstimos e a verba advinda de fundos comunitários. A contratação do empréstimo, e apesar do voto contra pelo partido Chega, o mesmo foi aprovado na Assembleia Municipal de três de abril de dois mil e vinte e três e será sem sombra de dúvida, um peso para as contas deste município e para a carteira dos nossos munícipes. Sobre o saldo de gerência, tal como no ano dois mil e vinte e dois, verificou-se no ano dois mil e vinte e três a um aumento na atividade turística económica no concelho, como a continuidade em aumentos notáveis no imposto do IMT, imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis e, por consequência disso, prevê-se um aumento do saldo de gerência para o ano dois mil e vinte e quatro, no valor de cinquenta e oito milhões de euros, mais catorze milhões que o ano passado. Se compararmos gráficos dos componentes da receita com o ano dois mil e vinte e dois, podemos verificar que os impostos diretos tiveram aumento de cinquenta e dois ponto vinte e seis por cento para cinquenta e quatro ponto vinte e seis por cento, assim como os impostos indiretos que tiveram um aumento de um ponto sessenta e três por cento para um ponto setenta e quatro por cento. E se confrontarmos os gráficos referentes às despesas, podemos visualizar que houve, de facto, uma redução nas despesas com o pessoal de trinta e sete vírgula oitenta e um por cento para trinta e quatro vírgula cinco por cento, mas em contrapartida, tivemos um aumento no âmbito das outras despesas correntes de um ponto dezassete por cento para um ponto noventa e um por cento e um aumento até significativo na aquisição de bens de capital, dezassete ponto



vinte e sete para vinte e três ponto dezoito. O plano plurianual de investimentos dois mil e vinte e quatro apresenta setenta e dois ponto cinquenta e dois por cento nas funções sociais, sendo elas educação doze ponto nove por cento, saúde quatro ponto oitenta e cinco por cento, segurança e ação social dez ponto zero virgula dois por cento, habitação e serviços coletivos trinta e sete virgula sessenta e três por cento, serviços culturais, recreativos e religiosos sete ponto trinta e três por cento. Nas atividades mais relevantes, as funções sociais que engloba as cinco áreas que referi, apresentam já uma percentagem de quarenta e um virgula vinte e oito por cento. Face ao exposto e para não delongar mais a ordem de trabalhos, o partido Chega considera que as medidas inseridas no orçamento de dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e oito, não visam uma correta distribuição do orçamento, nem a máxima satisfação das necessidades sociais, onde deveria ter havido uma maior percentagem em áreas como a saúde, a educação e a habitação. Ainda, as grandes opções do plano que integram a identificação e o planeamento das opções de política económica e o conjunto de compromissos e políticas não cumpre as suas estratégias, as pessoas primeiro e inovação e qualificação com motor desenvolvimento, sustentabilidade dos recursos e a falta de visão em promover um concelho mais competitivo e coeso em todo o seu território." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Boa noite a todos, venho dizer o que digo sempre, quando a estas questões, acho que a Câmara deveria consultar os Presidentes de Junta, para nós darmos um parecer sobre as nossas freguesias e para haver um maior desenvolvimento nas mesmas. Eu relembro que somos a única freguesia que não tem um pavilhão desportivo para competições, além de outras vertentes. Há pouco, foi falado muito em cultura, que a Câmara tem investido muito em cultura, também gostava que investissem em cultura na minha freguesia, que também fossem lá fazer atividades culturais. Sobre as estradas, como já foi falado pelo professor Domingos, que falou na estrada do Norte, mas se formos para essa parte norte das Ferreiras, estão todas intransitáveis. E estamos a falar de estradas que têm uma grande extensão, estamos a falar do caminho dos matosos, tem a pavimentação em péssimo estado, o caminho das alfarrobeiras está em péssimo estado, e estamos a falar de troços que têm mais de dois ou três quilómetros. É muito difícil ser a junta de freguesia repará-los e a fazer essas obras. Depois temos o caminho dos caçadores, que também está toda por fazer, temos a rua das escolas, e a Igreja, que passa lá



centenas de pessoas todos os dias, para não dizer milhares. Temos a nossa freguesia toda cheia de buracos, temos estradas de primeira, se nós metermos a segunda ficamos sem motor, portanto, temos muitas estradas assim na nossa freguesia. Eu gostava que antes destes orçamentos consultassem os Presidentes de Junta para nós termos uma palavra, e falarmos sobre as nossas freguesias, porque penso que o desenvolvimento e o trabalhar para as pessoas passa por aí. Agora vamos ter, outra vez a transição da verba deste ano para o outro, que sejamos consultados, para tentarmos colocar algumas obras, sabemos que o dinheiro não chega para tudo, mas queremos participar e fazer parte ativa também com a Câmara nestes orçamentos. Depois, pensava que ia ser reforçada a verba para pagar as senhas de presença aos Presidentes de Junta, mas depois foi enviado hoje pelo senhor Presidente da Assembleia, uma lei que vai entrar em vigor em janeiro do ano que vem, mas eu lembrava que já sou Presidente de Junta há seis anos e que ninguém pagou nada. O PS conseguiu, com alguns partidos de direita, aprovar coisas contra os Presidente de junta, não sei que é que estes partidos têm contra os Presidentes de Junta nas Assembleias, obrigam-nos a estar aqui a fazer como hoje, e não temos direito a receber. Agora vai sair a lei em janeiro, mas fazia lembrar que já sou deputado há seis anos." -----

Presidente da Câmara: "De uma forma geral, quero dizer, tal qual, como disse numa reunião que fiz com os membros de cada partido e os não inscritos, bem como com os Presidentes de Junta, agora há dias, fizemos essa reunião nesse sentido, no sentido dizer que este orçamento, é um orçamento que, por um lado é fácil de fazer, por outro lado, é extremamente difícil, fácil porque há muitas verbas que estavam adstritas orçamento de dois mil e vinte e três, essencialmente nas empreitadas, tiveram que constar novamente no ano dois mil e vinte e quatro e algumas ainda para dois mil e vinte e cinco. Daí que, às vezes dizem que não há execução. O facto de haver uma fraca execução em alguns aspetos, já disse há pouco, era completamente diferente se tivéssemos começado aquelas quatro ou cinco obras que falei há pouco, que são quinze ou dezasseis milhões de euros, isto tudo junto, essas obras faziam com que a execução de dois mil e vinte e três fosse maior, e o orçamento dois mil e vinte e quatro já não ficava tão preso, a verbas que vão já estão comprometidas no ano dois mil e vinte e três. Isso às vezes é um problema falso, porque o facto de estar aqui a dizermos percentagens "na saúde prevê-se três por cento", mas repare que as competências da



saúde só foram assumidas por este executivo só a meio deste ano, isto não vem de não de há não sei quantos anos, e posso dizer que só há cento e tal municípios no país, salvo erro, cento e três ou cento e dois, que assumiram as competências sobre a saúde, os outros duzentos e tal ainda não aceitaram, portanto, nós podíamos ter mantido quietos e calados e continuava tudo melhor? Acho que não, acho que deviam incentivar isso, até porque foi do âmbito de uma conjuntura que entendemos na altura que devíamos assumir isto, há dois ou três anos, depois demorou muito tempo as competências a ser objetivamente entregues. Há competências que já foram aceites há uns quatro ou cinco anos, e ainda não foram entregues, nomeadamente as estradas, a rede viária ainda não foi entregue, rede viária da parte que não é municipal. Ainda não conseguiram fazer um conteúdo de um protocolo para que se pudesses assinar com as câmaras municipais, e já estamos a falar há uns quatro anos, pelo menos. Isto são vários exemplos, há financiamentos essencialmente de três origens, digamos assim, uma origem é os fundos próprios, e os fundos próprios tem a ver com os impostos, tem a ver que o IMT, tem a ver com o IMI, e como já foi dito várias vezes nesta Assembleia e na reunião de Câmara, Albufeira é dos concelhos do país que menos impostos paga, está nas taxas mínimas da lei, quer o IMI, quer o IRS, quer a derrama, quer os direitos de passagem. Isto é uma verdade factual. Nós devolvemos aos munícipes de Albufeira cinco por cento do IRS, as pessoas se calhar não percebem isto, mas se um dia deliberarmos aqui nesta Assembleia, por proposta da Câmara que vamos retirar cinco por cento do IRS as pessoas notam. Nós já há muitos anos que devolvemos cinco por cento do IRS aos cidadãos que trabalham em Albufeira. Há muitos anos que todos nós e os cidadãos de Albufeira que têm imóveis cá, pagam o mínimo que diz o Código do IMI, zero virgula três por cento. Todas as empresas, ninguém paga derrama, zero por cento de derrama. Os direitos de passagem zero por cento, isto para dizer que os cidadãos de Albufeira são privilegiados nesse aspeto, evidentemente que se há isenções obviamente e, logicamente, haverá decréscimo na arrecadação de dinheiro nos cofres do município, em volta de sensivelmente catorze milhões de euros. Catorze milhões de euros se não vêm dos impostos, têm de vir de outro lado qualquer, evidente, não se faz aqui milagres. Portanto, como dizia há três origens do financiamento, a fundos próprios, que é as taxas, licenças e os impostos, é os fundos comunitários e aí temos a saúde, temos a educação e temos a ação social, quer habitação, quer os lares, unidade de cuidados continuados, provavelmente vai



aparecer um programa que possivelmente poderemos candidatar, ainda há poucos dias assinei a escritura da aquisição que vai ser financiado do Hostel que está destinado aos sem-abrigo, por exemplo, isso já é do município, neste momento. Foi um exemplo que o PRR aplicou ali o dinheiro, com candidatura da Câmara Municipal. Outro financiamento é a questão do empréstimo que será para fazer outras obras. Evidentemente que se não houver financiamentos, as obras não podem ser feitas, porque quando se fala no problema da habitação também é falso dizer que não apoiamos a habitação. Qual é a verba que nós atribuímos em subsídios de arrendamento? Esquecem-se disso? Isso também é habitação. A questão do Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, o Pavilhão Desportivo, já há alguns anos que é falado, aliás há dias, a Câmara Municipal deliberou adquirir mais um pedaço de terreno naquela zona, o objetivo é precisamente esse, mas neste momento ainda não há o espaço suficiente para o pavilhão, mas há de haver, havemos de lá chegar. Relativamente à questão do Orçamento, vão sendo auscultados, nós vamos conversando ao longo do ano e acho que nunca fechei a porta a ninguém, com certeza que é baseado também naquilo que os Presidente da junta vão dizendo, quantas vezes não falámos em questões para as Ferreiras? A estrada da Nora, o Parque da Nora, a estrada do Paraíso, a escola das Ferreiras, está candidatada também, também são cinco ou seis milhões de euros. A estrada do Paraíso vai começar." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação. -----

#### **VOTAÇÃO PONTO QUINZE:** -----

Votos contra: oito (08) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Sílvia Dias, Carla Vieira e André Lima. -----

Abstenções: três (03) Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: treze (13) Adriano Ferrão, Raúl Ferreira, Teresa Neto, Helena Simões, Lucília Lisboa, Paolo Funassi, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

#### **VOTAÇÃO PONTO DEZASSEIS:** -----

Votos contra: oito (08) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Sílvia Dias, Carla Vieira e André Lima. -----

Abstencões: três (03) Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: treze (13) Adriano Ferrão, Raúl Ferreira, Teresa Neto, Helena Simões, Lucília Lisboa, Paolo Funassi, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

A bancada do Albufeira Prometida apresentou declaração de voto. (Doc. n.º 4 anexo a esta ata.) -----

### PONTO DEZASSETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro referente à proposta relacionada com a determinação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis; O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Paolo Funassi: "Sobre o IMI, eu tinha votado contra porque acho que deveria ser aumentado, não porque gosto de pagar mais impostos, mas para dar, digamos assim, a possibilidade de a câmara ter recursos para fazer mais projetos sociais, projeto desportivos. É fácil vir aqui pedir, e não dar soluções de onde também ter orçamento para fazer esses projetos. Mas não vai ser o meu voto que contribui para penalizar as famílias, porque neste ponto, tem um desconto a mais para as famílias numerosas, portanto, o meu voto vai ser favorável." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Teresa Neto, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Lucília Lisboa, Luna Silva, Paolo Funassi, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



## PONTO DEZOITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação prevista no n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro referente ao Contrato de Empréstimo de médio/longo prazo para investimento, até ao montante de 17.600.000,00€ com um prazo global de 20 anos à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Na última Assembleia e hoje, de algum modo, tinha passado aqui a ideia de que o município, a autarquia tem uma boa saúde financeira. Reconheço que exista essa situação, já agora dou aqui o número, último valor do IMT cobrado em dois mil e vinte e dois foram de, trinta e quatro virgula cinco milhões e prevê-se que este ano, esse valor seja largamente ultrapassado. Por outro lado, temos tido valores de transição de saldo, este ano cinquenta e oito milhões e, curiosamente, a média dos últimos seis anos são também cinquenta e oito milhões. O que me questiona é, porquê a necessidade do empréstimo? Porque se transitou cinquenta e oito milhões ou vamos transitar, porque é que não foram investidos anteriormente? Ou então porque é que não vão ser investidos agora em obra? De cinquenta e oito porque é que não se tira dezassete? E faz-se o investimento. Por outro lado, também chamar a atenção e com certeza, mais do que eu, o júri sabe disso, numa altura em que os juros estão elevados, portanto, quase que se conclui que sem empréstimo não há obra estrutural, ou seja, uma série de obras, Rua António Aleixo, Rua do MFA, e a Avenida Sá Carneiro, há longos orçamentos e GOPs que aparecem e que entretanto não foram realizados. Também questiono se é de facto, é desta vez que a Rua do MFA vai ser requalificada? Esperemos que sim, porque esta ligação, entre a parte nova da cidade e a parte velha, está numa situação lastimável. Finalmente, reconhecer que, pelo menos o empréstimo é para investimento." -----

Mónica Coimbra: "Relativamente a este ponto, ao contrato de empréstimo de médio longo prazo para investimento até ao montante de sete milhões pelo prazo de vinte anos à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, Albufeira Prometida, entende o seguinte: a política de investimento deste executivo nos últimos vinte anos não tem sido de aposta nas áreas básicas e fundamentais para o bem-estar dos albufeirenses, pois temos visto que, ano após ano, apesar de constar nos Orçamentos, PPI, e GOPs alusão a investimento nestas áreas, sem efetiva concretização e reduzidas taxas de execução. Aposta-se em eventos cujo retorno financeiro não é visível ou ainda que o seja não é canalizado para o mais importante. Relembramos o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, dois mil e vinte e dois, no que concerne aos municípios que em dois mil e



vinte e dois apresentaram maior valor de receita fiscal, Albufeira aparece em décimo primeiro lugar, com o valor de cinquenta e seis milhões, valor mais alto de sempre, ou seja, nunca se cobrou tantos impostos em Albufeira, como em dois mil e vinte e dois, mesmo com as taxas mínimas de impostos. Isto vem ao encontro do que temos vindo a afirmar há muito tempo, Albufeira não necessita de aumentar impostos para obter mais receita, a receita é suficiente. A gestão e planeamento dos executivos que têm gerido a Câmara nos últimos vinte anos é que tem sido deficitária. Se olharmos para a cidade, verificamos que há falta de brio, harmonia, beleza, não há manutenção nem conservação do espaço urbano, quer ao nível de infraestruturas, pavimentação e novas habitações. Se olharmos para as contas, vemos que temos recursos financeiros para investir, para inverter esta situação, sem recorrer ao empréstimo, basta fazer uma boa gestão e redefinir prioridades. Por isso, não compreendemos a necessidade de contrair um empréstimo de elevada monta por num período de vinte anos, que irá hipotecar, condicionar e comprometer decisões das gerações futuras. Por isso, Albufeira Prometida vota contra." -----

Luís Afonso: "Boa noite a todos, os méritos da necessidade ou não deste empréstimo já foram debatidos, salvo erro em abril. Dizia-se que não há necessidade, porque o município tem receitas suficientes. O Senhor Presidente da Câmara, na altura, lembrou que a necessidade deste empréstimo se prende com a necessidade de ter capital disponível, que será pedido ou não, na necessidade de que haja esse dinheiro, e não há, como o Senhor Presidente, na altura lembrou, empréstimos que houve anteriormente, que foram pagos antes do prazo, porque havia disponibilidade para isso, portanto, aqui é a mesma coisa, e a necessidade ou não do empréstimo já foi debatido, agora fala-se no contrato. Se este contrato está de acordo, se serve os propósitos, é de ser aprovado." -----

Luna Silva: "Senhor Presidente, permita-me ter o atrevimento de fazer um cálculo mental sobre este empréstimo. Portanto, o empréstimo foi aprovado na Assembleia Municipal de três de maio de dois mil e vinte e três, quando no mês anterior, em fevereiro, já tinha sido aprovado a possibilidade de utilização do saldo de gerência de quarenta e oito milhões de euros. Contudo, avançou-se com a aprovação do pedido de empréstimo. Se neste orçamento dois mil e vinte e quatro, a Câmara conseguiu arrecadar mais catorze milhões de euros que o ano passado em saldo de gerência, o Senhor Presidente considera necessário recorrer à banca para vir pedir um empréstimo de dezassete milhões de euros? Ainda, na Assembleia Municipal votámos impostos a zero por cento, o IMI na sua percentagem mais baixa, mas a realidade é esta, Senhor Presidente, estes dezassete milhões de euros, mais os oito milhões só em juros vão ter de ser pagos. Este empréstimo vai obrigar a Câmara a subir os impostos, porque a Câmara não irá ter outra forma de recuperar esta dívida se não for através



dos impostos, por isso, eu coloco à consideração do Senhor Presidente, com catorze milhões em saldo de gerência, com uma redução em despesas e em contratação de empresas exteriores, uma melhor gestão do orçamento, não teríamos aqui dezassete milhões de euros disponíveis para conseguir fazer as obras sem ter de recorrer à banca? Tenho dito.” -----

Paolo Funassi: “Quando representei uma empresa pública em Itália, endividei a empresa por cinco milhões, obviamente não porque não tinha dinheiro, porque teria sido uma burrice descapitalizar a empresa, qualquer um que tenha gerido uma empresa ou tenha empresas, pode ver. No mundo todo também usam o dinheiro do empréstimo ou dos obrigacionistas, porque descapitalizar empresa, termos vinte milhões em saldo gerência e usar os vinte milhões, teríamos ficado com zero não seria uma boa ideia. A única má sorte, entre aspas, é que estamos numa taxa de juro muito alta, mas o investimento não é um endividamento por ter só, mas é para a construção de lar nas Fontainhas, criação de unidades de cuidados continuados na Guia, construção de fogos de habitação social nos Calços, requalificação da Avenida Sá Carneiro, requalificação da Rua António Aleixo, requalificação da Rua MFA, requalificação do parque de estacionamento da Nora. Portanto, daqui a uns anos vamos ter uma nova cara em Albufeira, e foi citado os últimos vinte anos, nas eleições de vinte anos atrás, hoje é o resultado da atual Albufeira, que começou o caminho há vinte anos. Podem gostar ou não gostar, mas foi traçado um caminho nas eleições de vinte anos atrás. Em dois mil e vinte e cinco vai ser as eleições mais importantes de Albufeira, do Milénio e vamos ter, com certeza, Albufeira que vamos querer para nossos filhos, nossos netos até dois mil e cinquenta.” -----

Carla Madeira: “Eu confesso que já estava a ficar um bocadinho confusa, porque aquilo que eu vejo aqui no ponto dezoito é a aprovação referente ao contrato de empréstimo, e eu estou a ter, se calhar, um déjà vu aqui em abril deste ano, relativamente a este tema, e já todos percebemos que descapitalizar a Câmara não seria boa ideia se podermos recorrer à banca, ainda que, naturalmente, com os juros elevados neste momento, mas é necessário e eu acho que temos que ir votar é aquilo que está aqui no ponto, e é referente ao contrato e não ao empréstimo em si. Não sei se alguém avaliou o contrato em si, ou se andaram efetivamente a ver as obras que ainda eram necessárias fazer e o dinheiro que temos em caixa.” -----

Helena Simões: “Primeiro que tudo, foi passada aqui a ideia de que nada se fez ou nada se fará se não se aprovar este empréstimo de quase dezoito milhões, eu recordo nos últimos dois anos o que é que foi feito, se calhar, para avivar aqui a memória. Mosqueira, os reservatórios da capacidade de água, a estabilização da arriba, requalificação da escadaria da praia do Peneco, a intervenção na creche Tempos Livres de Infância, Centro Qualifica, parque desportivo Vale de Faro, velho tribunal,



requalificação do sintético da Guia, casas da Ladeira da Fonte de Paderne, remodelação e ampliação da escola Diamantino Negrão, as casas de apoio aos pescadores nos Olhos de Água, a estrutura de apoio social nos Olhos de Água, enfim, muito mais haveria por dizer, mas isto é só para clarificar a ideia que não se fez nada, ou que nada se teria feito, se não tivesse sido aprovados o empréstimo dos dezassete milhões. Completando, já aqui foi dito que todos nós já tomamos as nossas posições políticas em abril e que em abril uns votaram a favor, outros votaram contra e outros abstiveram-se. Foi assumido logo aqui que seria um contrato que ficaria condicionado às obras e está condicionado aqui na cláusula primeira. Eu não vou repeti-las todas, até porque já alguém aqui as disse, mas está condicionado, o valor está condicionado a obra. Nós sabemos que este tipo de contratos só são libertadas as verbas, conforme a medição da obra vai andando, enfim, dizer-se que eu consigo comprar uma casa, se não comer durante vinte anos e depois tenho dinheiro para a comprar, não me parece que seja muito lógico, é para isso que se fazem créditos, para que as pessoas possam fazer os investimentos, quando as pessoas precisam das casas e quando as pessoas têm fome, não é passar fome para depois se construir as casas, pelo menos, é assim que todos nós, presumo que tenhamos comprado as nossas habitações próprias permanentes, pelo menos, eu assim o foi.” -----

Carla Vieira: “Senhor Presidente, sim, efetivamente estamos a votar uma autorização desta Assembleia para a celebração de um contrato de empréstimo, com todas as condicionantes que lá vêm descritas. Efetivamente, a nossa questão prende-se com a necessidade no sentido de que, ao longo destes vinte anos, ou pelo menos de quinze anos a esta parte, a receita fiscal do concelho de Albufeira é bastante apetecível a outros concelhos com poucos recursos financeiros. O que estamos aqui também a verificar é que, ao longo de vinte anos de período do contrato, oito milhões em juros é aquilo que vamos pagar. Efetivamente, temos de lembrar também que em vinte anos de executivo PSD apenas foram construídos quarenta fogos por quatro milhões de euros, os tais quarenta fogos em Paderne. Temos que ter aqui alguma ponderação, vir para aqui dizer que foi feito isto, foi feito aquilo, foi feito o outro, foi, é verdade que foi, mas também consta no documento que está em apreciação que vem projetos de dois mil e dezanove, portanto, não é um projeto que tenha acontecido ontem, nem o ano passado, nem neste mandato, portanto, tem sido a protelar no tempo, em bom português, o empurrar com barriga, aquilo que efetivamente devia ter sido feito e não foi, e que hoje estamos aqui todos condicionados e até um bocadinho contraídos na questão de, pois, se realmente não aprovarem, estamos a colocar em causa a manutenção, a conservação, das nossas estradas, das nossas ruas, do no nosso bem-estar e que não é verdade. Há que repor a verdade e há que dizer as coisas como elas são. Muito obrigado.” -----



Presidente da Câmara: "Qualquer empresa recorre à banca, obviamente, não há nenhuma empresa que consiga, neste momento, laborar ou trabalhar ou desenvolver a sua atividade sem o problema da banca, desde que seja, evidentemente controlado. Uma coisa é certa, estes dezassete milhões e seiscentos mil euros a ser contratados, não são para entrar todos em conjunto, na mesma altura, não é assim. Eu já disse há pouco que, o contrato do empréstimo só é ativado caso se entregue no banco a quem for contratado, o auto de medição daquela obra, e só pode ser daquela, não pode ser outra. Portanto, se o contrato realmente for ativado paga-se os juros, se não for ativado, não se paga, porque o valor até diz até dezassete milhões e seiscentos mil, é até. Logicamente, como eu já disse, o total do contrato de dezassete milhões e seiscentos mil a entrar ativamente na mesma altura, é diluído no tempo, à medida que os autos de medição vão surgindo, à medida que os concursos vão sendo abertos, que há adjudicações, que é preciso ir ao Tribunal de Contas. Por exemplo, o largo da Nora, provavelmente são mais setecentos e quarenta mil euros e tem que ir ao Tribunal de Contas para visar, e quantos meses é que demora isso a ser executado? Demora cinco ou seis meses à vontade. E outra coisa que é importante referir é que se fala que as finanças da Câmara de Albufeira não estão boas, e Albufeira Prometida é useiro e vozeiro nessa afirmação. Eu só digo uma coisa, caso não estivessem boas, não seria possível contratar este empréstimo, porque isto é a ver com a capacidade de endividamento e a capacidade de endividamento é calculada com base precisamente na questão financeira, essa é que é verdade e ainda era possível ir mais além, temos capacidade de endividamento, salvo erro à volta dos vinte e três milhões de euros e estamos a contratar dezassete milhões e seiscentos mil, ainda deixamos um espaço de manobra para qualquer eventualidade que possa surgir no futuro. Convido a senhora deputada Carla Vieira a fazer uma revisão de todas as estradas que nos últimos cinco anos foram pavimentadas, convido, não foram todas, claro que não foram, tanto que agora ainda estão aqui algumas para fazer, porque é preciso ver uma coisa, as vias de comunicação chegaram praticamente todas ao fim de vida, todas ao mesmo tempo, infelizmente, foi assim. Mas quando isto tiver terminado, este ciclo de pavimentações e de requalificações ficamos com a vida completamente diferente, já não temos de gastar dinheiro aí. As escolas que recebemos em termos de transferência de competências, o estado em que o Estado nos deu, também se tivessem ficado nas mãos do Estado, se não tivessem vindo para a Câmara também nós não precisávamos daquele dinheiro, já podíamos fazer outra coisa qualquer com aquele dinheiro, portanto, isto é mesmo assim. Evidentemente que cada um tem uma visão das coisas, portanto, agora dizer que há falta de visão aqui, não. Rede viária, ação social, saúde, educação e por aí fora." -----



Carla Vieira: "Senhor Presidente, permita-me que esclareça que não depreendeu bem as nossas palavras. Nós sempre dissemos aqui que Albufeira tem uma boa saúde financeira, tem é se calhar, uma gestão que não é a ideal, do nosso ponto de vista. O Senhor Presidente convidou-me a passar em alguns troços viários, eu também vou convidar o Senhor Presidente a passar, não era para trazer à Assembleia, mas obrigame a dizê-lo, a estrada dos Olhos de Água há menos de um ano que foi intervencionada, está novamente a bater. É preciso pedir um empréstimo? Não está dentro da garantia? A estrada do Roja Pé, é exatamente a mesma coisa, portanto, aqui eu não penso que seja necessário pedir um empréstimo, não é? O que eu acho é que se calhar, bom nem vou dizer o que é que acho, porque a verdade é que precisam de ser novamente intervencionadas, e se passou nestes dois locais, porque eu passo todos os dias nestes dois locais em particular, certamente que vê que não é preciso repavimentar, é preciso é fazer uma obra como deve ser, de uma vez por todas, porque, se calhar, nestes últimos três anos que já foi alvo de intervenção pelo menos umas duas vezes e a coisa não ficou bem." -----

Presidente da Câmara: "Eu bem disse que já tinha lá passado, mas isso são obras que foram mal pavimentadas naquele ponto, porque tem um ponto fraco ali, não foi feito nenhum estudo geológico com certeza da zona, do terreno, e que está na garantia, nunca disse que era preciso um empréstimo para refazer aquela situação, portanto, se está na garantia, tem que ser o mesmo empreiteiro a fazer a reparação." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: seis (06) Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Luna Silva, Sílvia Dias, Carla Vieira e André Lima. -----

Abstenções: cinco (05) Francisco Oliveira, Domingos Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: treze (13) Adriano Ferrão, Raúl Ferreira, Teresa Neto, Helena Simões, Lucília Lisboa, Paolo Funassi, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Presidente da Assembleia: "Quero fazer aqui uma declaração de voto muito curta, para esclarecer que, faço uma distinção entre o que é o orçamento que entendo que não é o orçamento correto, e aquele que subscreveria se tivesse que o elaborar, bem como a forma de distribuir as verbas. Outra coisa é o facto de o orçamento ter sido aprovado o que implica, que não vote contra uma ferramenta fundamental e necessária para a



execução desse documento. São duas situações diferentes e nesse sentido distingo aquilo que é o orçamento e as ferramentas para a sua execução. Esta é a razão pela qual votei contra o Orçamento e pela qual mantenho o voto de abstenção, relativamente ao empréstimo, que já havia feito da primeira votação. Entendo que não é conveniente nem salutar retirar ferramentas a um Orçamento aprovado pela Assembleia.-----

### PONTO DEZANOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea p), do n.º 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao Concurso de Atribuição de Concessão de Utilização do Domínio Público Marítimo, para Instalação e Exploração do Apoio de Praia Municipal Completo com Equipamento, localizado na Unidade Balnear 1 da Praia do Evaristo; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Reconhecer que este concurso que agora surge tem critérios mais apertados e diríamos que, quanto a mim, melhores face ao que veio na última Assembleia, particularmente critérios ao nível da sustentabilidade da água e de energia, que no anterior era possível um concorrente ganhar esse concurso num patamar mínimo, ter sustentabilidade ao nível de água e de energia. Isto remete também por um outro ponto que tem a ver com a discussão na anterior Assembleia, a propósito do apoio praia da Falésia Alfamar, que na altura afirmei que constava no documento que vinha à Assembleia que dizia só expressamente dois por cento, o senhor vice-presidente na altura disso garantiu que, de facto, não era dois por cento, mas sim um mínimo de dois por cento. Eu acreditei na boa palavra, e o PS votou foi favoravelmente exatamente por isso, mas já agora faço aqui a leitura do documento que foi elaborado para vir à Assembleia e no ponto cinco, diz que os serviços competentes consideraram necessário criar mecanismos que permitam a quem for adjudicada a concessão, efetuar o pagamento de dois por cento do valor total da receita de exploração. Havia um outro documento em anexo que falava sim, em mínimo dois por cento, mas o documento foi elaborado para vir à Assembleia, está aqui e falava exatamente de dois por cento e não no mínimo dois por cento." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----  
Votos contra: zero (00) -----  
Abstenções: duas (02) Luna Silva e André Lima. -----  
Ausências: duas (02) Raúl Ferreira e Margarida Guilherme. -----  
Votos a favor: vinte (20) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Teresa Neto, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Lucília Lisboa, Paolo Funassi, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----  
A proposta foi aprovada por maioria. -----

#### **PONTO VINTE**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea p), do n.º 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao Concurso de Atribuição de Concessão de Utilização do Domínio Público Marítimo, para Instalação e Exploração do Apoio de Praia Municipal Completo com Equipamento Associado, localizado na Unidade Balnear 1 e Unidade Balnear 4 da Praia da Rocha Baixinha Nascente. -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----  
Votos contra: zero (00) -----  
Abstenções: duas (02) Luna Silva e André Lima. -----  
Ausências: duas (02) Raúl Ferreira e Margarida Guilherme. -----  
Votos a favor: vinte (20) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Teresa Neto, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Lucília Lisboa, Paolo Funassi, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----  
A proposta foi aprovada por maioria. -----

#### **PONTO VINTE E UM**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de Constituição de Direito de Superfície - Instituto de Emprego e Formação Profissional.



Presidente da Câmara: "Isto tem a ver com aquele barracão que está junto ao edifício da Junta de Freguesia de Ferreiras, que foi adquirido pela Câmara há uns anos, que se destina e que se perspectiva de se destinar, a um centro de aprendizagem do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Como está em causa a candidatura do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que são eles que vão fazer a obra, se candidatar ao PRR para poder fazer, e como isto tem alguma urgência, eu por acaso, desconhecia essa urgência, isto foi à reunião de câmara, mas não foi posto nesta reunião de Assembleia e hoje quando cheguei de Faro, falaram-me que a Doutora Madalena Feu, que é a delegada do Instituto de Emprego, em Faro, toda aflita porque precisava disto e isto não estava agendado para esta Assembleia, portanto, é tão só a urgência disto, é precisamente por isto é que, pelos vistos, está em causa a necessidade por colocar isto no PRR e só com isto é que é possível fazê-lo, porque se não podíamos deixar para o ano, mas isso pode pôr em causa a questão da candidatura. Só peço que tenham isso em consideração." -----

Helena Simões: "Sendo que é uma infraestrutura que vai beneficiar a freguesia das Ferreiras e que está dependente da aprovação nesta Assembleia para poder se candidatar ao PRR e com isso obter financiamento, o PSD/CDS não irá obstaculizar a inclusão do ponto na ordem de trabalhos para poder ser sujeita a votação." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Considerando que é uma obra fundamental para o concelho e para a freguesia de Ferreiras, também acho que sim, que devemos acrescentar esse ponto, mas como já falei com o Senhor Presidente sobre isso, nós temos aquele armazém cheio de coisas, e estamos a necessitar de um armazém, como já tinha sido falado, aliás, já tinha até sido negociado, acho que há dois anos, naquelas coisas com o Partido Socialista, onde o Domingos esteve lá e assinou, não sei se o projeto já está em elaboração do armazém ou não, mas aquele armazém é fundamental para nós, porque temos lá muito material, e como vamos ter de deixar aquilo, não estou a ver onde vamos meter aquele material todo que está lá dentro." ----

Domingos Coelho: "Para que conste, a bancada do PS viu rejeitada uma proposta, porque a agenda já tinha vinte pontos, mas não se opõe a que esta proposta venha à Mesa, porque há uma questão de urgência, mas para que, alguém já aqui uma vez disse que o PS usava algumas artimanhas. Bom, as artimanhas são estas." -----

Presidente da Assembleia: "Relativamente à inclusão deste ponto, que é um ponto para além do ponto vinte, cujo limite foi uma proposta feita pela senhora deputada Helena Simões, e que nós incluímos no Regimento, que estipula, quando haja urgência e haja necessidade, o ponto pode ser incluído por parte do Senhor Presidente. Eu não quero que esta decisão seja da minha exclusiva lavra, pelo que coloco a mesma à deliberação da Assembleia. Porém, entendo que, estamos perante uma questão importante, podendo



por causa de um prazo, estar a limitar a possibilidade de execução de uma infraestrutura tão importante." -----

Presidente da Câmara: "Só queria dizer que não usei artimanha nenhuma para falar com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, isto é um assunto que não é de cariz político nem partidário, é um assunto de natureza social, é só nesse sentido. Não sei se o caso do Domingos era de artimanha, mas também acho que não." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a inclusão do Ponto na Ordem de Trabalhos. -----

**VOTAÇÃO DA INCLUSÃO DO PONTO NA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Teresa Neto, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Lucília Lisboa, Luna Silva, Paolo Funassi, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Foi aprovada por unanimidade a inclusão do ponto. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Teresa Neto, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Lucília Lisboa, Luna Silva, Paolo Funassi, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 00:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

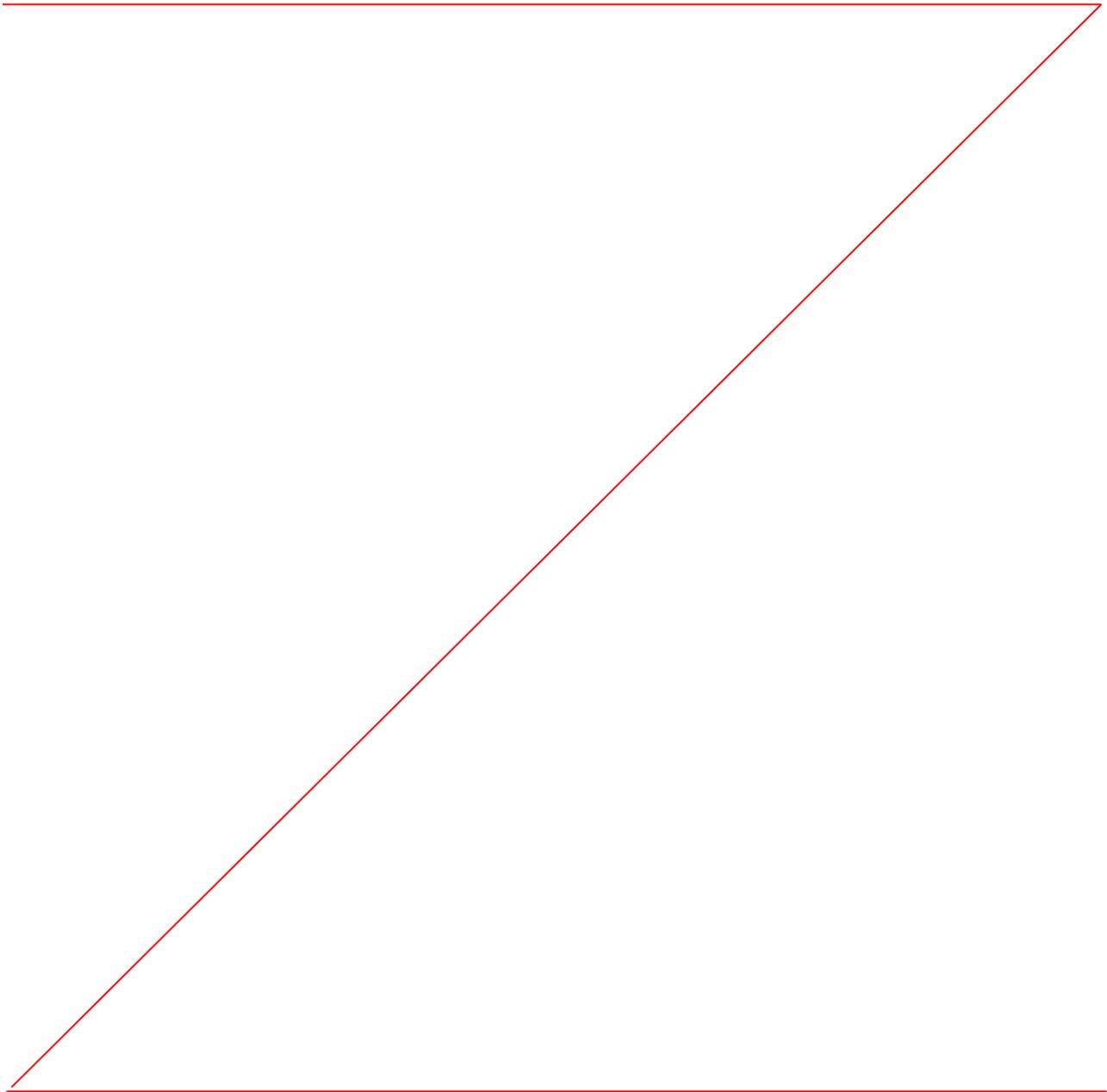
-----

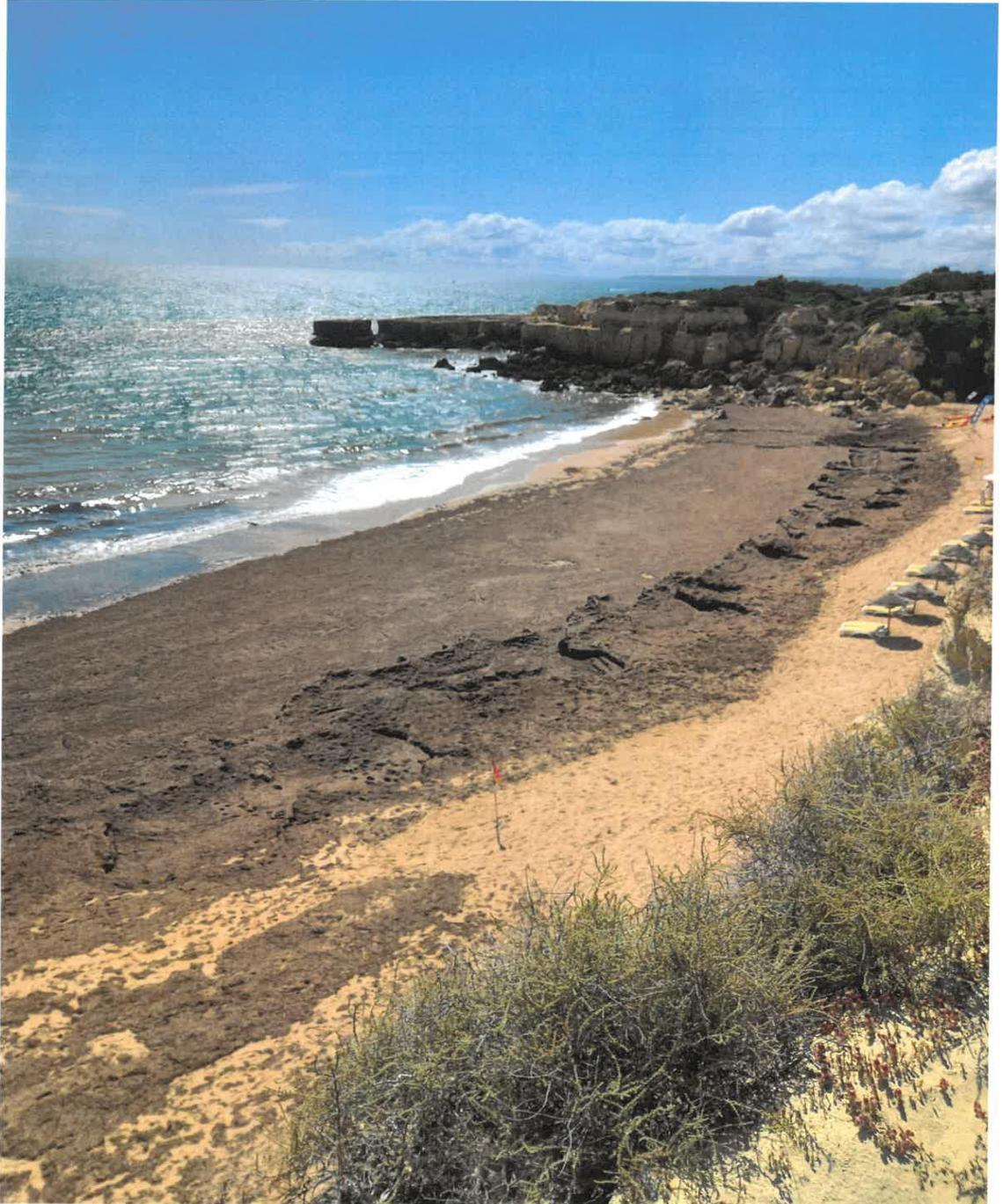
Albufeira, 11 de dezembro de 2023 -----

-----  
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_  
-----

-----  
A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_  
-----

-----  
O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_  
-----







3

**SET** ASSOCIAÇÃO **ALBUFEIRA** 2019 / CCG-19-1

## Proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Albufeira

Face ao parecer da Associação Nacional de Assembleias Municipais, emanado, a dia 20 de Fevereiro de 2023, e do qual a presente Assembleia Municipal tomou apenas conhecimento a 24 de Agosto de 2023, do qual importa extrair as seguintes referências:

*.....contanto que, permita uma intervenção clara e eficiente e, salvaguarde o direito de participação dos membros da Assembleia Municipal.....*

*.....A distribuição do tempo pelos membros da Assembleia Municipal deve ser equitativa, relembrando-se que os deputados independentes não devem perder ou serem prejudicados no exercício dos seus direitos só por exercerem o seu mandato nessa qualidade.....*

O regime que vigora presentemente, em termos de tempo traduz-se na seguinte realidade:

| Partido/Movimento     | N.º de eleitos | Tempo Atual | Média por cada |
|-----------------------|----------------|-------------|----------------|
| PS                    | 8              | 12          | 1,50           |
| PSD                   | 8              | 12          | 1,50           |
| MIPA                  | 4              | 10          | 2,50           |
| AP                    | 2              | 8           | 4              |
| CHEGA                 | 1              | 5           | 5              |
| <b>Total de Tempo</b> |                | <b>47</b>   |                |



Em sede de reunião da Comissão de Trabalho de Alteração ao Regimento, reunida, o PSD/CDS não aprovou a proposta de aumento de 1 minuto para um minuto e meio, reservando-se à liberalidade de nos termos do n.º 7, do art.º 19.º do Regimento, elaborar uma proposta em alternativa, o que o passará a concretizar.

Por o PSD/CDS entender que o acréscimo de 30 segundos a cada um dos independentes **não acautela a democraticidade** do órgão, e a dos seus elementos constitutivos.

Por o PSD/CDS entender que o acréscimo de 30 segundos a cada um dos dois independentes, continua a não lhes permitir intervenções **claras e eficientes**, bem como **não salvaguarda os direitos dos mesmos, enquanto eleitos locais**, à intervenção.

Entende, assim, o PSD/CDS que a distribuição mais **equitativa**, para que os deputados independentes **não sejam prejudicados no exercício dos seus direitos**, e com tal não defraudem os seus eleitores, deverá a Digníssima Assembleia Municipal, reunida em plenário, aprovar o acréscimo do atual minuto de intervenção, para um total de dois minutos de intervenção, por cada independente.

A Democracia depende da tolerância e da bondade das normas emanadas, motivo pelo qual o **Grupo Municipal do PSD/CDS**, propõe que a Assembleia Municipal de Albufeira, reunida no dia 11 de Dezembro de 2023 **delibere e aprove** a seguinte alteração ao Regimento, em alternativa, nos termos do n.º 7, do art.º 19.º do Regimento:

Artigo 23º

1 – Igual

2 – Igual

a) Igual

b) Igual

- c) Igual
- d) Igual
- e) Igual
- f) Deputados Municipais não inscritos: 2 minutos cada

Albufeira, 11 de Dezembro de 2023

Os eleitos do PSD/CDS na Assembleia Municipal de Albufeira

*Luis Nóbis Ribeiro*  
*Judabela Castro*

*Helena Patrícia Simões*

*[Signature]*

*Teresa Cristina Palmeiro*

*Lucília Lage e Lisboa*



## ORÇAMENTO E GOPs – 2024/28

O Orçamento e as Gops são o principal instrumento definidor da governação de um município. É no cumprimento destes documentos que o executivo exerce a sua gestão do dia a dia.

A elaboração do Orçamento e das Gops deve estruturar toda a política de gestão do território nas suas diversas atividades económicas e sociais, e deverá refletir a visão que se tem para o concelho para o presente e principalmente para o futuro.

Este orçamento vem na sequência de anteriores que o executivo já nos habituou, com muita despesa geral e pouca despesa de investimento, situação que se tem vindo a agravar, conforme adiante se verá.

Há uma linha de continuidade orçamental que assenta numa constante e crescente recolha de impostos, designadamente o IMT que tem sustentado a dita saúde financeira da Autarquia e tem permitido assinaláveis valores de transição de saldo para o ano seguinte. No presente orçamento prevê-se que esse saldo atinja os 58 milhões de euros, mais de 50% do total do orçamento. A questão é saber até quando a conjuntura económica permitirá estes valores de saldo.

Às grandes linhas estratégicas enunciadas neste orçamento não correspondem ações e verbas adequadas. A 1ª estratégia indicada, a habitação, que se constitui hoje no principal problema social pela sua escassez e pelos elevados preços no nosso concelho, dos mais altos da região e um dos mais altos a nível nacional. Esta crise habitacional é também um fator que prejudica



a atratividade do concelho prejudicando o seu desenvolvimento e acima de tudo penaliza as classes sociais com menos poder de compra. Apesar desta situação ser aceite por todos, a verba que está alocada para o investimento habitacional para o ano de 2024 é praticamente insignificante.

Na problemática da Habitação falta ainda uma visão integradora e de articulação com necessidade de reabilitar os centros urbanos através de ações que concretizem os objetivos das ARUs, designadamente, na atração de jovens casais para os centros das localidades e na oferta de terrenos para construção na qual a Autarquia deve assumir as suas responsabilidades, desde logo através da aprovação de um novo PDM.

Nos chamados “Domínios Cruciais” como “Reinvenção e diversificação da economia e aproveitamento da privilegiada localização central do concelho” aspetos de facto importantes e nos quais se deveria apostar, todavia não surgem verbas nem ações em concreto.

Ao longo do orçamento constata-se vários casos de desorçamentação de modo atingir o equilíbrio final, mas que diria virtual e à espera que a transição de saldo funcione como o chapéu orçamental que tudo tapa.

Vejamos alguns números deste orçamento em comparação com anteriores para melhor compreensão.

Previsão de recolha de impostos diretos. Em 2023 a previsão foi 47,9 milhões, para 2024 a previsão é de 53,9 milhões, mais 12%.

Previsão e execução das Transferências Correntes (despesa) havia uma previsão de 5,6 milhões para 2023, todavia, a 31/10 já tinham sido executados 8,1 milhões, no entanto, para 2024 só se prevê uma despesa de 5,5 milhões. Nos anteriores orçamentos a execução desta rubrica duplicou sempre a previsão, atingindo



cerca de 10 milhões. Não será em 2024 que ficará pelos 5 milhões orçamentados. Ou não será isto desorçamentação.

Despesas correntes, em 2021 atingiram 51,9 milhões, para 2024 há uma previsão de 75,1 milhões o que representa um aumento de 47% em três anos. Já a despesa de capital no mesmo intervalo de tempo só cresce 14%, prevendo-se gastar 24,1 milhões.

Compra e venda de água. No presente orçamento prevê-se uma despesa de 1,9 milhões na aquisição de água, já a venda do precioso líquido tem orçamentada uma receita de 9,9 milhões. Mas, o relatório e contas de 2022 apresentou uma verba de 5,9 milhões de despesa na compra de água e já o orçamento de 2021 previa uma despesa em água de 5 milhões. Que se saiba nem as Águas do Algarve não baixou o preço e, por outro lado, os consumos têm vindo a aumentar. Resulta assim uma clara desorçamentação.

Na área da cultura mais uma vez o investimento previsto muito deixa a desejar. O projeto para o espaço da antiga Igreja Matriz, que surge em orçamentos e Gops de 2015, não tem verba definida e a verba prevista dos fundos europeus de cerca de um milhão de euros parece já ter caducado.

O Museu do Barrocal que tem uns 15 anos a constar nas GOPs também não tem qualquer verba alocada.

O presente orçamento de cerca de 100 milhões corresponde a um *per capita* de 2.222 euros muito acima da média do rácio de concelhos com características próximas de Albufeira.

Apesar das críticas implícitas neste documento, devemos reconhecer que há um investimento significativo na área social particularmente na educação, com a requalificação de três escolas e muito alavancada pelos fundos do PRR.

Albufeira, 11 de Dezembro de 2023

Sr. do Barbosa Feudouro  
S. Maria Antónia D. S.

**DECLARAÇÃO DE VOTO – Ponto 15 e 16****11 de Dezembro de 2023**

Continuamos a ter uma estrutura de custos rígida que consome muitos recursos e que não nos deixa evoluir com conforto e esperança no futuro. Existe um subaproveitamento dos recursos humanos existentes, sendo que existem serviços/divisões que pouco têm de fazer e outras com muito trabalho mas sem pessoal. É necessário fazer uma reconfiguração dos serviços, alterando o organograma, e alocando as pessoas onde são realmente importantes, sendo também necessário regularizar a situação das chefias em regime de substituição, algumas delas, a mais de uma década.

Não se vê um rumo, um planeamento estruturado, um desígnio municipal que guie este executivo e que envolva os restantes membros. Não vislumbramos uma política de racionalização de despesas e de maximização dos recursos internos, principalmente humanos, da sua valorização e crescimento.

Estamos disponíveis para, em conjunto, encontrar soluções e debater ideias, desde que haja abertura e vontade por parte do executivo permanente.

É necessário atuar rapidamente em áreas como a habitação e saúde, e dentro desta na emergência médica no concelho, garantindo que haja alojamento para quem trabalha e faz a sua vida no nosso concelho, que sejam melhoradas as infraestruturas de saúde, nomeadamente com a construção de um parque da saúde que envolva um novo centro de saúde e outras valências, dimensionado a nossa população residente de 44.000 habitantes, aos movimentos pendulares e a população flutuante.

Relativamente a educação, temos falta de sala de aulas e de infraestruturas de apoio que permitam dar condições a nossa comunidade escolar e, principalmente, as nossas crianças.

Pelo exposto, este orçamento mantém as falhas que detetamos e temos vindo a alertar ao longo dos últimos anos, como a suborçamentação, não aproveitamento dos fundos comunitários, frequente utilização de ajustes diretos para contratação de serviços (terceirização) e falta de investimento nas áreas que para nós são fundamentais como, a habitação, saúde, educação, cultura, meio ambiente, alterações climáticas e transição energética.

Por todos esses motivos votamos contra.